

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA LINGUAGEM DAS *CHARGES*
PUBLICADAS NA FOLHA DE SÃO PAULO (1992-1998) –
UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada para conclusão
do Curso de Especialização em Linguagens,
Imagens e o Ensino de História, Setor de
Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Mestra Ana Lúcia Silva Ratto

CURITIBA

2000

“Onde o homem passou e deixou a marca da sua inteligência aí está a sua história”.

(Fouquet de COLANGES. Paris, 1862. In: LE GOFF: 1990:107)

RESUMO

Um dos grandes elementos que compõem o mundo contemporâneo, acompanhando o processo de desenvolvimento da indústria cultural, são as imagens. A informação transmitida, seja pela mídia televisionada ou impressa, é respaldada exhaustivamente nesse recurso. Paralelo a avalanche dessas imagens está o desafio do professor em romper com o modelo canônico do processo educacional da mediação puramente verbal, percebendo a necessidade da "alfabetização audiovisual" dos educandos. Discutindo a influência da mídia em questão, aliado a forças das imagens, é que realizamos o levantamento quantitativo e análise da questão escolar nas charges publicadas na Folha de São Paulo entre 1992 e 1998. Nossa proposta, enquanto estudo de caso, é abordar uma das inúmeras linguagens utilizadas pela mídia e sua relação com a temática escolar, partindo de um objeto que tem como característica o apontamento bem humorado e crítico de problemas vividos no cotidiano, analisando-as especialmente a partir dos dois mais recentes diagnósticos globais sobre a problemática escolar: Os Planos Nacionais da Educação nas versões do MEC e da proposta da sociedade brasileira. Caberá ao leitor a apropriação dos aspectos que considerar mais significativos.

SUMÁRIO

RESUMO	iii
LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE QUADROS	viii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVAS.....	1
1.1.2 As Imagens e o Ensino de História	3
1.2 Delimitação do Problema/ Procedimentos Metodológicos	6
1.3 Objetivos.....	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 CARICATURA - A LINGUAGEM SUBVERSIVA DO TRAÇO	18
2.2 HISTÓRICO DA CARICATURA.....	25
2.2.1 A Caricatura no Brasil	30
2.3 A CHARGE NA ATUALIDADE.....	39
2.4 QUESTÕES EDUCACIONAIS MACRO-ESTRUTURAIS E A RELAÇÃO MÍDIA/EDUCAÇÃO.....	41
3 PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	46
3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E ANÁLISE DO TEMA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	48
3.1.1 Infra-estrutura das Escolas Públicas.....	54
3.1.2 A imagem do aluno	57

3.1.3 A Imagem do Professor	61
3.1.4 Violência nas Escolas	64
3.2 AS CHARGES E A EDUCAÇÃO - AUSÊNCIAS E PERMANÊNCIAS.....	66
3.3 A CHARGE E A ABORDAGEM DAS TEMÁTICAS SOCIAIS.....	71
3.3.1 Questões Sociais Abordadas Individualmente No Período 1992/1998.....	76
3.4 TEMAS MAIS ABORDADOS NAS CHARGES DA FOLHA DE SÃO PAULO ENTRE 1992 E 1998.....	79
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CHARGE ALUSIVA AOS ACORDOS ENTRE FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E O BR	8
FIGURA 2 – CHARGE REFERENTE A EMPRÉSTIMOS INGLESES AO BR EM 1875	8
FIGURA 3 - CARTUM.....	20
FIGURA 4 – “PORTRAIT CHARGE”	20
FIGURA 5 – DESENHO DE HUMOR	21
FIGURA 6 – TIRA CÔMICA	21
FIGURA 7 - CHARGE	21
FIGURA 8 – CHARGE – CONFLITO ENTRE SEM TERRAS E POLICIAIS NO PARÁ EM 1996.....	24
FIGURA 9 – PRIMEIRA CARICATURA CONHECIDA	26
FIGURA 10 – CARICATURA DO REIS LOUIS PHILIPPE FEITO POR CHARLES PHILIPON	29
FIGURA 11 – PRIMEIRA CARICATURA BRASILEIRA.....	31
FIGURA 12 – PRIMEIRA CAPA DA REVISTA ILUSTRADA	33
FIGURA 13 – 20 ANOS DE REPÚBLICA NA CHARGE DE J. CARLOS.....	34
FIGURA 14 – O NAZISMO NO CHARGE DE BELMONTE.....	37
FIGURA 15 – A CHARGE NO PERÍODO MILITAR.....	38
FIGURA 16 – A CHARGE ATUAL.....	41

FIGURA 18 – VAGAS NA ESCOLA PÚBLICA	50
FIGURA 19 – PROFESSOR DA ESCOLA PÚBLICA	54
FIGURA 20 – INFRA-ESTRUTURA DOS PRÉDIOS ESCOLARES	55
FIGURA 21 – SEGURANÇA NAS ESCOLAS	64
FIGURA 22 – PROBLEMAS SOCIAIS NAS CHARGES	71
FIGURA 23 – FHC – O PRESIDENTE SOCIÓLOGO	75
FIGURA 24 – ABORDAGEM INDIVIDUAL – REFORMA AGRÁRIA	76
FIGURA 25 – CAMPANHA PRESIDENCIAL	82
FIGURA 26 – A INFLUÊNCIA DE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – SISTEMATIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO DAS CHARGES	12
QUADRO 2 – PERIODICIDADE DE CIRCULAÇÃO DE REVISTAS HUMORÍSTICAS NO SÉCULO XIX	32
QUADRO 3 – CHARGES QUE TRATARAM EXCLUSIVAMENTE DO TEMA EDUCAÇÃO / 1992-1998.....	48
QUADRO 4 – MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA / 1996	51
QUADRO 5 – MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO BRASIL.....	51
QUADRO 6 – PROMOÇÃO, REPETÊNCIA E EVASÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL.....	58
QUADRO 7 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS. BRASIL.....	59
QUADRO 8 – FUNÇÕES DOCENTES: DISTRIBUIÇÃO NACIONAL POR NÍVEL DE FORMAÇÃO E NÍVEIS ESCOLARES EM QUE ATUAM	62
QUADRO 9 – SALÁRIO MÉDIO DOS PROFESSORES - JUNHO, 1997	63
QUADRO 10 – VITIMIZAÇÃO NAS ESCOLAS	65
QUADRO 11 – MATRÍCULAS / EDUCAÇÃO ESPECIAL	68
QUADRO 12 – CHARGES QUE TRATARAM DAS QUESTÕES SOCIAIS, INCLUSIVE DA EDUCAÇÃO – 1992/1998.....	72
QUADRO 13 – LEVANTAMENTO TOTAL DAS TEMÁTICAS SOCIAIS ABORDADAS INDIVIDUALMENTE.....	77

QUADRO 14 – ANO DE 1992	79
QUADRO 15 – ANO 1993	79
QUADRO 16 – ANO 1994	80
QUADRO 17 – ANO 1995	80
QUADRO 18 – ANO 1996	80
QUADRO 19 – ANO 1997	80
QUADRO 20 – ANO DE 1998	81
QUADRO 21 – TEMAS MAIS ABORDADOS DURANTE O PERÍODO 1992/1998.....	81

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVAS

Chegamos ao final do século XX com inúmeras transformações nos mais diversos campos, partindo do desenvolvimento científico a revisitação de valores até então estabelecidos na sociedade. Obviamente que essa não é uma característica específica deste nosso tempo, mas é o tempo vivido e presenciado por cada um de nós.

Em meio a esse turbilhão do "novo", encontramos o apelo constante para que um setor da sociedade reveja os seus paradigmas de ação e incorpore essas transformações a sua prática diária: **o ensino**.

Seja nos "treinamentos" oferecidos aos profissionais da educação, nos parâmetros curriculares propostos pelo MEC, nas discussões e receitas milagrosas propostas nos telejornais da televisão brasileira, percebemos, quase que veladamente uma acusação constante ao professor da sua incapacidade e resistência perante ao novo. Inúmeras vezes ouvimos nos encontros educacionais a história de três profissionais que foram congelados por 100 anos, entre eles um professor; esse foi o único que ao "retornar" encontrou tudo como havia deixado. Essa ilustração causa sem dúvida um certo constrangimento, uma sensação de impotência e "mea culpa" nessa classe profissional extremamente cobrada e quase nada valorizada.

É curioso constatar que muitas dessas angústias não são privilégio desta época, pois os estudantes da antiga civilização Suméria já registravam seus protestos, de

acordo com escritos da época: "O meu professor não sentiu nenhum prazer comigo; deixou (mesmo) de me ensinar(?) a arte de escriba; deixou de me preparar nos assuntos essenciais à arte de ser um jovem escriba ou a arte de ser um grande irmão". (KRAMER, s.d., p. 270)

Independentemente das inúmeras justificativas que podemos apontar para essas dificuldades no ato de ensinar e aprender, é fato essencial ao professor, que tem como principal instrumento de trabalho o "pensamento do homem", perceber e explorar os elementos que permeiam esse modo de pensar a sociedade. Nesse aspecto, uma das manifestações mais presentes neste tempo é a **imagem**.

Tudo é imagem, a indústria cultural sobrevive dessa linguagem, a sociedade do consumo está envolta na imagem, no visual, a publicidade utiliza esse recurso para estabelecer novas necessidades no cotidiano social.

Adotarmos uma prática pedagógica alheia a leitura crítica dessa avalanche de signos será reforçarmos a tradição pedagógica que despreza tudo que não é cultura livresca. Como bem ilustra o professor Elias Tomé Saliba: "no século XVI, Lutero já temia que a proliferação desmedida do impresso acabasse por se voltar contra as verdades emanadas dos livros, pela incitação a uma leitura superficial". (SALIBA, 1999, p. 14)

Willian Reis MEIRELLES em seu estudo sobre a História das imagens nos lembra que "as últimas décadas têm se caracterizado por um intenso questionamento aos sistemas tradicionais de explicação, os velhos paradigmas tornaram-se insuficientes para dar conta da complexidade e multiplicidade de possíveis abordagens do real". (MEIRELLES, 1994, p. 94)

Não se trata de utilizarmos a imagem pela imagem, somente pela plástica, mas de levarmos o aluno ao aprofundamento crítico da leitura desses símbolos culturais e sociais: "No esforço de interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das

mesmas se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação sócio-econômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitiram uma leitura plural”. (KOSSOY, s.d., p. 78)

Ao entendermos que a educação tem sim a sua grande parcela de responsabilidade em proporcionar ao aluno/cidadão os meios para esse se tornar crítico ao que o rodeia e ao que consome, inclusive a imagem, será fundamental utilizarmos esse elemento como meio para construção do conhecimento desse aluno, idéia que pode ser reforçada no pensamento de Joan FERRÉS: “Quando no Ocidente a letra impressa era a forma de comunicação cultural hegemônica, havia milhões de analfabetos. Hoje em dia, quando a forma de comunicação cultural hegemônica é a imagem, solucionou-se quase totalmente o problema do analfabeto, mas há grandes massas de analfabetos na imagem”. (FERRÉS, 1996, p. 9)

1.1.2 As Imagens e o Ensino de História

Apesar da imagem ser um elemento significativo na sociedades da atualidade, o apelo a exploração desse recurso já remonta outros tempos no ensino da História no Brasil.

Jonathas SERRANO, professor de História e produtor de material didático, em 1935 já alertava aos professores para a necessidade de um ensino que vá além do texto: “a pedagogia renovada já demonstrou quanto aos inconvenientes de um ensino puramente verbal, que se dirija apenas à memória, ou mesmo só a inteligência, sem procurar o indispensável concurso das sensações”. (SERRANO, 1935, p. 105). Reforçando o

encaminhamento que esse ensino de ver tomar, ele enfatiza: " se há disciplina que deve ser ligada intimamente à vida humana é sem dúvida a História. Ensin-la aridamente, sem integrá-la no conjunto vital dos nossos interesses é um pecado pedagógico". (SERRANO, 1935, p. 108)

Incontestveis são as argumentações que apontam para a necessidade da transposição, da superação da prática tradicional do ensino da História, pautada muitas vezes na narrativa de fatos, desvinculado de qualquer objetivo que priorize a participação efetiva do aluno na produção do conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, inúmeras são as possibilidades de exploração dessas linguagens e imagens que circundam a vida das sociedades; fotografia, cinema, literatura, história oral, publicidade, música, artes plásticas, há uma infinidade de registros históricos pulsando as contradições, os conflitos e as conquistas do homem em cada época.

Desafiador, necessário e gratificante será trabalhar com esses elementos em sala de aula, possibilitando ao aluno ir além do que essas linguagens estabelecem a priori, propiciando um mergulho investigativo e crítico em cada uma delas. Dessa maneira estaremos quebrando conceitos estabelecidos como senso comum na sociedade. Para tanto será necessário ao historiador "romper as barreiras do documento escrito, dogmatizado pelo pensamento positivista (...) incorporar todo esse vasto acervo de material visual que os homens produziram e nos legaram, um campo aberto  exploração pela história, como experiência vivida integral e socialmente, redefinindo nossos sistemas de conceitos agregando esses novos objetos". (MEIRELLES, 1994, p. 97)

Em meio a tantas opções de investigação histórica, **selecionamos como objeto de pesquisa a linguagem e a imagem das charges.**

É relevante a importância do desenho humorístico na crítica contundente a sociedade de cada época. Agregando seu papel de documento histórico, de fonte de informação social e política e expressão artística, a charge utiliza sua linguagem sintetizada, bem humorada e, em algumas vezes metafórica, para registrar as adversidades de cada época.

A possibilidade do estudo da História do Brasil através dessas imagens é ampla. Recurso divulgado nos periódicos do país a partir do século XIX, as charges referentes ao 2º Império constituem importantes fontes históricas daquele período. Embora tivessem como principal alvo a personalidade do Monarca D. Pedro II, questões como a Guerra do Paraguai, os conflitos partidários, os empréstimos estrangeiros também foram tratados pelos chargistas da época, o que nos possibilita uma perspectiva de leitura bem diferenciada das apresentadas pelos documentos oficiais.

A implantação da República e a decepção frente a continuidade de muitos problemas brasileiros também não escaparam a crítica do traço. A ditadura militar, contraditoriamente, acentuou a criatividade dos chargistas, mesmo que constantemente vigiados.

Atualmente tablóides, periódicos, revistas, sejam de circulação regional ou nacional, continuam explorando essa linguagem. Publicações diárias nos trazem a imagem de um país que, assim como no Império, no início da República ou nos governos explicitamente autoritários, continua marcado pelas contradições entre os discursos e a prática da política institucional, num permanente descompromisso com a justiça e a igualdade social.

1.2 Delimitação do Problema/ Procedimentos Metodológicos

A junção harmoniosa entre a crítica sintetizada e o bom humor das charges são elementos que pessoalmente sempre admirei. Como bem constatou Joaquim da Fonseca: “A linguagem visual que utiliza, pelo seu impacto e universalidade, fica impregnada de conteúdo indelével de opinião, tornando-se com frequência a primeira atração a ser procurada nos jornais”. (FONSECA, 1999, p.13)

Durante o desenvolvimento dos créditos da especialização o interesse acadêmico por essa imagem se acentuou, surgindo a possibilidade de utilizá-la como objeto de estudo.

A charge enquanto fonte histórica, traz elementos culturais, sociais e políticos de uma época que possibilitam a exploração de uma vasta gama de assuntos; podemos encontrar material que aborda desde a colonização até as fases mais recentes da História do país.

Para além do interesse em estudar e construir argumentos sobre a importância da charge como fonte para a historiografia e para o ensino de História, interessava-me por eleger uma temática que permitisse investigar seu funcionamento e conteúdos específicos no contexto histórico do presente, tal qual as charges hoje os exploram. A delimitação temporal em torno dos anos 90 parecia garantir tais interesses.

Então, definido o objeto geral de estudo, parti para o recorte da pesquisa, estabelecendo como possível tema de investigação a leitura da inserção do Brasil no projeto globalizador através da linguagem das charges.

Nessa discussão propunha utilizar dois periódicos e estabelecer um grau comparativo entre essas imagens. No entanto, reconsiderando a questão do tempo disponível

para a pesquisa, aliado ao fato de não ser o elemento "comparação" o objetivo principal, defini como fonte de pesquisa exclusiva as **charges publicadas nos anos 90 no Jornal Folha de São Paulo**, periódico que compõe o bloco nacional de publicações, já que circula em todo o Brasil, além de ser um dos jornais mais lidos no país.

Uma das dúvidas apresentadas foi quanto ao número de leitores que o periódico selecionado atinge. Tentei obter informações mais precisas, numéricas, sobre a circulação de jornais no país, setor onde percebeu-se enorme dificuldade de acesso. Em contato com órgãos como o IBOPE e o Instituto de Verificação de Circulação em São Paulo, informaram que esse dado é estritamente confidencial, já que envolve todo o mercado da mídia, além do fato de ser um dado variável, devido a flutuação de vendas diárias de cada publicação

As charges do jornal Folha de São Paulo são publicadas diariamente na 2ª página, na seção opinião, que abrange o editorial do jornal, artigos de jornalistas como Carlos Heitor Cony, Clóvis Rossi, além de outros que escrevem esporadicamente, mesclando-se a seleção de frases que tiveram repercussão nos últimos dias, ditas por personalidades do meio artístico, esportivo ou político.

Reunindo chargistas de nome nacional, como Angeli, Glauco, Cláudio, Spacca, esses críticos do traço abordam o cotidiano da sociedade brasileira sem nenhuma complacência. Através da sua criatividade e da linguagem sintetizada, desfilam aos olhos do leitor as contradições do nosso país, tratando de temas que já eram tratados no século passado, como os empréstimos estrangeiros e corrupções, que até hoje compõem o cenário brasileiro.

FIGURA 1 - CHARGE ALUSIVA AOS ACORDOS ENTRE FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E O BR



FONTE: GLAUCO. Folha de S. Paulo, 03/11/1998:2

FIGURA 2 – CHARGE REFERENTE A EMPRÉSTIMOS INGLESES AO BR EM 1875



EMPRÉSTIMO INGLÊS - A TRANSFUSÃO DE SANGUE
Graças aos conhecimentos científicos do médico operador, em breve, o doente estará curado... e agrida!
Luigi Borgomaninero, A Vida Fluminense (20-23-1875).

FONTE: BORGOMANINERIO, Luigi. Empréstimo Inglês – A Transfusão de Sangue. A vida Fluminense, 20/02/1875. In: LIMA, Herman: 103.

Há ainda a presença da sátira social, questionando e apontando temas que atingem diretamente a sociedade em seu cotidiano, já que essa é a principal característica da charge, como define Fonseca: “A charge é um cartum em que se satiriza um fato específico, tal como uma idéia, um acontecimento, situação ou pessoa, em geral de caráter político, que seja do conhecimento público. Seu caráter é temporal, pois trata do fato do dia”. (FONSECA, 1999, p.26)

Nesse processo de contato efetivo com o material é que identificamos ainda melhor a responsabilidade e o peso dessa linguagem visual, que, com a inteligência refinada do humor consegue de uma maneira tão sintetizada "valer pôr mil palavras". E como enfatiza o romancista americano Willian Saroyan, a imagem terá esse valor "somente se você olha e diz ou pensa mil palavras". (KOSSOY, s.d., p. 80); esse é o grande trunfo da charge, ela estabelece uma relação com seu leitor possibilitando e forçando um aprofundamento no tema lançado, sendo um dos aspectos mais importantes a ser explorado junto ao aluno.

Especificamente por se tratar de um **estudo de caso**, ou seja, uma análise limitada as charges da Folha de São Paulo, não pretendemos generalizar conclusões aqui apontadas a cerca do tratamento dado as questões do ensino escolar no Brasil pelos chargistas, principalmente ao considerarmos os inúmeros periódicos existentes no país que se utilizam desse recurso, com linhas editoriais diferenciadas, além da vasta gama de profissionais da caricatura. No entanto, inevitavelmente, cabe ao leitor realizar seus movimentos de identificação/desidentificação, conforme suas experiências, posto que certamente, processos gerais para além das especificidades de cada caso, estarão presentes.

O que propomos é que, partindo da análise apresentada, seja aberta a possibilidade de pesquisas mais aprofundadas a cerca do tema, seja enquanto a linguagem da

charge nos diversos campos sociais ou ainda o tratamento dado pela Imprensa as questões do ensino escolar no Brasil.

Conforme os encaminhamentos apontados por LÜDKE e ANDRÉ (1996), a pesquisa enquanto **estudo de caso** se desenvolve em três momentos correlacionados: fase exploratória, delimitação do estudo e elaboração do relatório.

Na fase exploratória, partimos de um 1º contato com as fontes selecionadas, seguindo os rumos da pesquisa, onde se estabelece um plano de trabalho cuja real aplicabilidade se dará somente após o início efetivo da investigação. Nesse processo, direcionamos nosso olhar para uma nova delimitação do objeto. Com o constante redirecionamento das questões norteadoras, sistematizamos o levantamento de dados e partimos para a análise crítica das fontes, processualmente elaborando o relatório do estudo.

Nesse sentido, observamos que no campo da globalização a abordagem era muito ampla, circulando pelas diversas temáticas inter-ligadas como mercado de trabalho, privatizações, desigualdades sociais. Enquanto referência direta ao tema encontramos somente duas charges publicadas em 1998. Se nos propuséssemos a analisar essa diversidade de temas ampliaríamos o recorte, o que poderia nos direcionar para uma leitura superficial, ou ainda nos discursos estabelecidos pelo senso comum. Correríamos o risco de, no desenvolvimento do trabalho pedagógico, acabar utilizando essas charges muito mais como "ilustração" ao tema do que como elemento investigativo, conforme observa Meirelles sobre o uso de imagens no ensino de História: "a utilização dessas fontes na historiografia brasileira é, ainda uma prática tímida e muito limitada: seu uso, salvo raras exceções tem se limitado "a ilustrar os documentos escritos, ou seja, seu tratamento é o de fonte de segunda ordem, servindo apenas para complementar e confirmar o que o documento escrito já havia demonstrado". (MEIRELLES, 1994, p. 95).

Diante dessas questões, embora tivéssemos como foco inicial as charges relacionadas a globalização, outro aspecto do material analisado nos chamou a atenção, redirecionamos nosso olhar para os quadros que tratavam das questões sociais do país, especificamente as relacionadas a **educação escolar no Brasil**, durante os anos 90.

Pareceu-nos uma boa oportunidade para quantificarmos com rigor, em termos de charges, essa percepção de que a temática escolar é pouco explorada em termos de mídia. Além dos aspectos quantitativos, possibilitaria ainda identificar quais as características existentes do ponto de vista dos conteúdos veiculados..

Assim, enquanto acesso ao objeto previamente estabelecido tínhamos como opção as Bibliotecas de instituições públicas ou privadas. Consultamos as bibliotecas das Universidades de Curitiba, especialmente as da Universidade Católica, Universidade Tuiuti e Universidade Federal do Paraná e observamos que nenhuma delas possui acervo de jornais do país, nem mesmo dos jornais locais. A justificativa para esse fato está na pouca disponibilidade de espaço físico para o arquivo dos periódicos.

A Biblioteca Pública do Paraná possui um setor específico para esse material, disponível na sala de periódicos, englobando uma série de publicações e revistas antigas e atuais, entre eles algumas raridades como o Pasquim e a revista O Cruzeiro. Jornais de circulação regional e nacional também fazem parte do acervo, entre eles a Folha de São Paulo.

Observando esses arquivos, especialmente o do periódico selecionado como fonte de pesquisa - Folha de São Paulo - datados a partir de 1992, compilados mensalmente e anualmente, esquematizamos o levantamento dos jornais diários, iniciando pelo dia 01/01/1992, observando os seguintes itens:

- a) **Data** - dia, mês e ano em que a charge foi publicada.
- b) **Tema** - registro sintetizado dos conteúdos trazidos pela charge.

- c) **Imagem** - descrição resumida da imagem, apontando personalidades e situações retratadas na charge.
- d) **Texto** - quando a charge era complementada com texto significativo, este também era sinteticamente descrito.
- e) **Chargista** - identificação do autor de cada charge analisada.

Organizamos esse levantamento num caderno de campo, sistematizando as **2494 charges**, de acordo com o mês e ano em que elas foram publicadas, conforme exemplo de quadro a seguir.

QUADRO 1 – SISTEMATIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO DAS CHARGES

DATA	TEMA	IMAGEM	TEXTO	AUTOR
01/09/1992	Processo do <i>impeachment</i>	Collor e P. C. Farias em mar de lama com outros parlamentares enlameados.	Collor fala: Eles estão pedindo a carteirinha do sindicato.	Orlando
02/09/1992	Processo do <i>impeachment</i>	Vaca carregando malas de Collor para o brejo	-----	Orlando
03/09/1992	Processo do <i>impeachment</i>	Collor discursando	Errar é Ó mano	Glauco

FONTE: FOLHA DE S. PAULO, 1992.

Confirmando contundentemente nossa hipótese preliminar, um dos aspectos que nos chamou a atenção nesse levantamento foi o pequeno número de charges que tratam da questão da educação escolar, principalmente se considerarmos as modificações que ocorreram nesse campo durante a década de 90 no que se refere a legislação e as organizações da sociedade comum frente as discussões de novas propostas educacionais para o Brasil. Das

2494 charges identificadas, apenas 5 abordaram diretamente a questão escolas (QUADRO 3, p.47).

Do ponto de vista da delimitação temporal o problema apresentado diante da nossa nova proposta de investigação foi o fato de somente termos arquivos disponíveis a partir de 1992.

Tendo em vista a ausência do material de 1990 e 1991, averiguamos a disponibilidade de consulta diretamente com o periódico investigado.

Entramos em contato com o setor de arquivos da Folha de São Paulo, investigando a possibilidade de acesso ao material que tínhamos interesse, considerando que não havia nenhuma sucursal em Curitiba que oferecesse esses serviços. Fomos informados que havia dois caminhos:

1º - Pesquisa encomendada - o levantamento seria feito por funcionários da empresa, com uma remuneração média de R\$100,00 (cem reais) a hora pesquisada.

2º - A pesquisa poderia ser realizada diretamente pela pessoa interessada, mediante hora marcada, onde também seria pago uma taxa pelo uso do material.

Havia ainda uma terceira alternativa, um cd rom lançado pelo Jornal, reunindo todos os textos e algumas imagens do período 1994/1998. No entanto, esse material, embora rico textualmente, apresenta apenas 48 charges, concentrando-se no ano de 1998, o que temporalmente limitaria ainda mais o período pesquisado.

Ao passo que buscávamos essas informações, concluímos o levantamento das charges até 1998. A sistemática da Biblioteca Pública do Paraná não permite o acesso do usuário as estantes onde os jornais são arquivados, mas estes devem ser fornecidos por um funcionário. Desenvolvemos esse levantamento no período em que a maioria desses servidores estavam em férias, o que colaborou pra tornar o processo de pesquisa mais moroso

do que prevíamos. Resolvemos então interromper o levantamento na medida em que havia a prioridade de nos encaminharmos para a análise efetiva dos dados.

Diante das dificuldades apresentadas, envolvendo desde a questão tempo, deslocamento e recursos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa, reavaliando a delimitação temporal (anos 90) e considerando o acervo que tínhamos disponível imediatamente na Biblioteca Pública do Paraná, julgamos suficiente a delimitação em torno dos periódicos publicados entre 1992 e 1998, na medida em que possibilita um mapeamento significativo da década.

Considerando que o conteúdo da charge também baseia-se em diagnósticos, apontamentos de problemas vividos no cotidiano, definiu-se como principal bibliografia de análise e contraponto os diagnósticos mais recentes e completos sobre a problemática escolar, ou seja, as duas versões do Plano Nacional de Educação: O plano apresentado pelo Governo-MEC, e o plano elaborado por organizações da sociedade civil.

O Plano Nacional da Educação tem origem nas crescentes discussões a cerca das novas propostas educacionais da década de 80, culminando com a determinação estabelecida na Constituição Federal de 1988:

Art. 214 - A lei estabelecerá o plano nacional da educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus níveis e a integração das ações do Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo.

II - universalização do atendimento escolar.

III - melhoria da qualidade de ensino.

IV - formação para o trabalho.

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Esse plano deve contemplar as diretrizes e metas para a educação escolar do Brasil, conforme o que foi determinado na LDB 9394/96, publicada em dezembro de 1996:

Art. 87: É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei:

§ 1º. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará ao, Congresso Nacional, o Plano Nacional da Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para todos.

A lei estabelece a elaboração do Plano pela União e não explicita em nenhum momento a necessidade da participação da sociedade nesse processo.

Diante desse fato, setores da sociedade civil organizaram-se paralelamente através de entidades científicas, acadêmicas, sindicais, estudantis, para elaboração de um Plano Nacional da Educação proposto pela sociedade, contrapondo-se ao Plano do MEC. Esse documento foi resultado de uma série de discussões desenvolvidas através de seminários, debates, congressos e outros encontros realizados tanto em âmbito nacional quanto regional.

O trabalho culminou com a apresentação **do Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira**, consolidado no II Congresso Nacional da Educação, em novembro de 1997.

Pelo próprio processo de elaboração esse plano possui indubitavelmente um caráter muito mais democrático que o PNE-MEC, seguindo como princípio a inclusão social, defendendo prioritariamente "uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, para todos, em todos os níveis". (PNE - Sociedade Brasileira, 1997, p.2).

O PNE-MEC foi entregue ao Congresso em 12/02/1998, dois dias depois do PNE- Proposta da Sociedade Brasileira ter apresentado seu próprio plano.

1.3 Objetivos

Estabelecemos como principais objetivos dentro desse campo de investigação os seguintes pontos:

- a) Realizar estudos sobre as charges, identificando historicamente o surgimento dessa linguagem, suas particularidades e sua contribuição enquanto fonte imprescindível para o ensino.
- b) Construir um mapeamento quantitativo identificando em que medida a questão da educação escolar é abordada nas charges publicadas na Folha de São Paulo entre 1992 e 1998.
- c) Identificar e analisar os conteúdos presentes nas charges que abordam a questão educacional.
- d) Analisar criticamente as charges a partir de diagnósticos recentes a respeito dos problemas escolares do país.

Nesse processo de pesquisa teremos como base de análise as seguintes questões norteadoras:

- a) Confirmando-se a hipótese de que a questão escolar teve um aparecimento periférico nas charges da mídia brasileira, quais as temáticas mais relevantes apresentadas pelos chargistas?
- b) Quais as temáticas educacionais ausentes nas imagens chargísticas retratadas no período analisado?

- c) Como é construída a imagem do professor e do aluno das escolas nas charges observadas? Elas são direcionadas para as imagens canônicas, do senso comum, ou aprofundam a discussão a cerca do tema?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CARICATURA - A LINGUAGEM SUBVERSIVA DO TRAÇO

Quando nos referimos ao termo caricatura poderemos estender essa definição para os mais diversos campos da arte e da linguagem, seja no desenho, na pintura, na escultura ou ainda, como classifica Hermam Lima, inclusive na literatura, definindo textos de Gregório de Matos, o "Boca de Inferno", como caricaturista verbal, denominando suas obras de charges literárias. Há ainda as menções aos bufões da corte, que através do exagero e do ridículo expunham as fragilidades do soberano.

No entanto, a caricatura enquanto imagem, ou, linguagem gráfica possui definições mais específicas.

A origem da palavra caricatura está no verbo italiano caricare (carregar, sobrecarregar, com exagero), ou seja, o ponto comum dessa linguagem está relacionado a acentuação de determinados elementos, a deformação, geralmente ligados a ridicularização, a sátira. Esse aparente descompromisso com a "formalidade", encontra-se na sua própria origem "lúdica e zombeteira da caricatura, quando nasce no ambiente alegre da Academia de Bolonha, nos exercícios de recreio". (RUBIN, In: BELLUZZO, 1992, p. 18)

Nessa representação, seja do retrato de uma pessoa, ou na caricatura de situação, que destaca as questões sociais e os diversos grupos humanos, um dos fortes elementos presentes será a semelhança que se sobrepõe a imitação, como argumenta

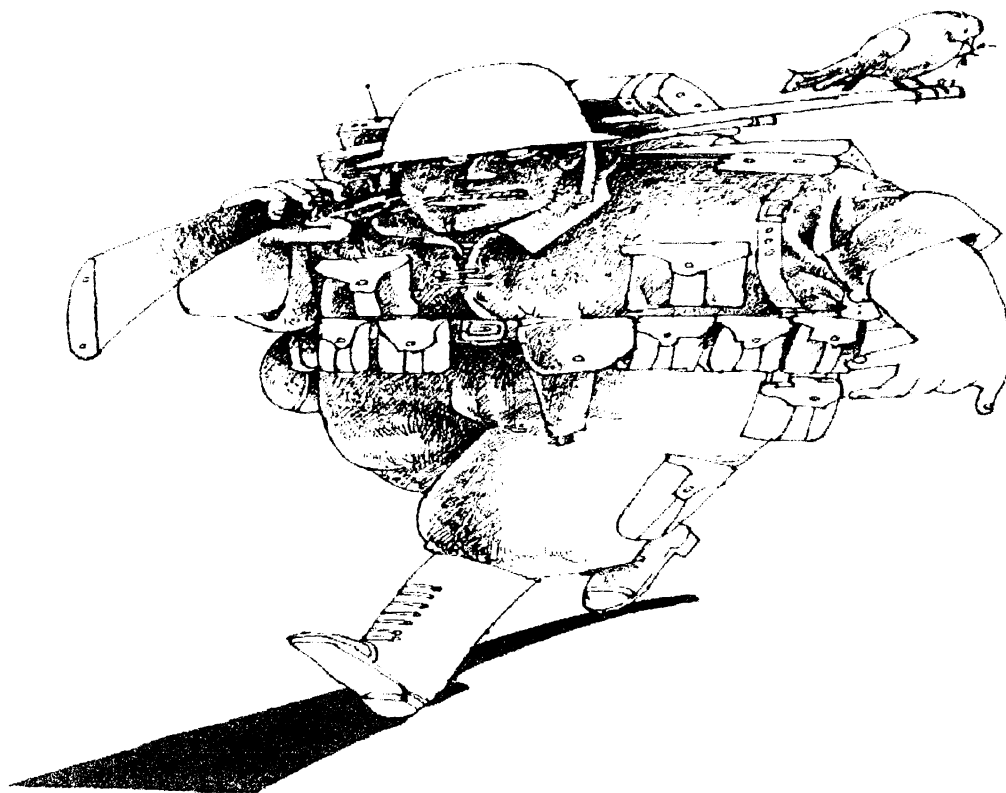
Gombrich: "a invenção do retrato caricatural pressupõe a descoberta teórica da diferença entre verossimilhança e equivalência". (BELLUZZO, 1992, p. 16)

Joaquim Fonseca ilustra essa análise com a comparação entre o retratista e o caricaturista: "Na medida em que o retrato "sério" dá ao modelo uma visão lisonjeira, idealizada, pode-se afirmar que a caricatura é, por sua vez, mais fiel na sua irreverência porque desnuda a personalidade do caricaturado". (FONSECA, 1999, p. 19)

Essa liberdade criativa do caricaturista aliada a outro importante recurso que é a capacidade de síntese dessa imagem traz uma forte crítica a quem se apropria dela. Se num primeiro momento a reação do leitor é o riso, fatalmente o segundo momento será a construção de um parecer sobre o fato em questão, e esse espaço que será preenchido pelo leitor e pela sua capacidade de análise, certamente estará imbuído da criticidade necessária ao apreciador dessa linguagem.

Como já analisamos, a caricatura em seu termo genérico, sempre está relacionada a deformação intencional, ao exagero de algumas características. Surgindo dos traços improvisados dos irmãos Carraci, a caricatura se beneficiou das inovações técnicas que se seguiram. Dessa maneira, partindo da xilogravura até a computação gráfica, a arte do traço se manifesta nas mais diversas formas: o cartum, o desenho de humor, a tira cômica, a caricatura enquanto "portrait en charge", e a **charge**, nosso principal objeto de pesquisa.

FIGURA 3 - CARTUM



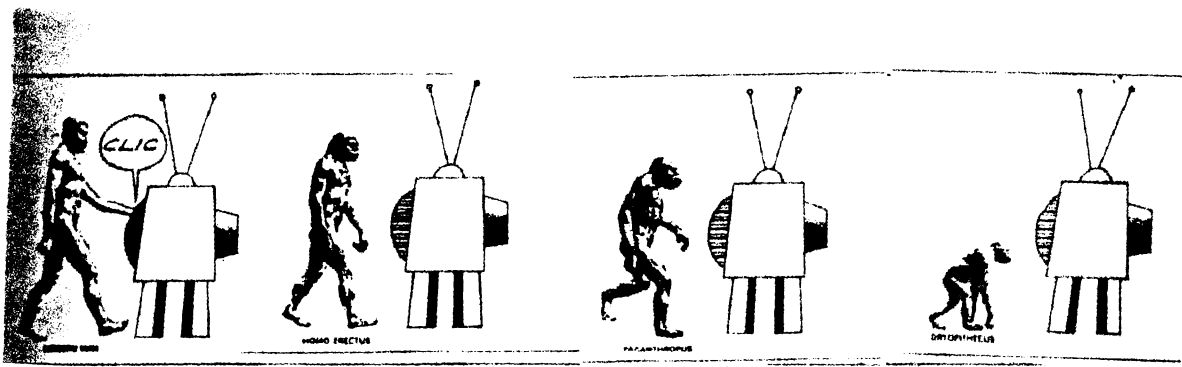
FONTE: MIRANDA, Oswaldo. *Miram*. Um rapaz de fino traço – Casa de idéias. Curitiba, 1991.

FIGURA 4 – “PORTRAIT CHARGE”



FONTE: CARUSO, Paulo. Caetano. Revista Bundas, n. 1. Rio de Janeiro: 18/06/1999.

FIGURA 5 – DESENHO DE HUMOR



FONTE: COUTINHO, Luís Carlos. **Humor** – Só dói quando eu respiro. Porto Alegre: L X PM, 1976.

FIGURA 6 – TIRA CÔMICA



FONTE: SOUZA, Ari Herculano de. Quino. Toda a Mafalda.... p. 121. **Geografia**. 3.ed. Est. Módulo, 1996, p. 29.

FIGURA 7 - CHARGE



FONTE: AMORIM. **Revista BUNDAS**, 06 a 12/07/1999, p. 41.

Se a caricatura inicial retratava mais o indivíduo, acompanhando as transformações sociais e o aumento dos conflitos internos da sociedade, a sátira antes individual agora também assume o aspecto social, nesse contexto é que a charge apresenta uma nova característica, pois como aponta Fonseca: " Assim como a caricatura pessoal lida com o indivíduo e com o que faz individual, pode-se dizer que a charge ou o cartum se tornam sociais porque lidam com os grupos e suas características corporativas". (FONSECA, 1999, p.54)

A terminologia **charge** é de origem francesa "**charger**" que significa carregar. O que diferencia a charge dentro da linguagem caricatural é sua **função temporal**, ou seja, tem como tema um fato atual. Para que a charge provoque a discussão de fatores do cotidiano político ou social é imprescindível que o leitor identifique imediatamente sobre qual acontecimento recente o chargista está se referindo, além de precisar reconhecer quem são os personagens retratados, caso contrário a charge não terá nenhum sentido para quem a observa.

Nessa relação entre leitor, representação construída e códigos, encontramos o humor como elemento fundamental da linguagem caricatural.

Sobre esse recurso Saliba ilustra muito bem essa questão: " A ruptura, o desafio lúdico e a interrogação que surgem da anedota, piada ou frase espirituosa obriga a quem ri, se quiser rir, a ir além do rígido limite das suas concepções habituais ou de suas expectativas já formadas. (SALIBA, 1998, p. 3)

O riso já despertou o interesse de estudiosos dos mais diversos campos.

Para Sigmund FREUD "o prazer do humor depende de uma libertação de tendências reprimidas no comportamento humano" (FONSECA, 199, p. 22). Novamente observamos a relação humor com liberdade, ou seja, o fato de nos permitirmos a um gesto de "anarquia", de quebra com o preestabelecido na sociedade. Se transferirmos essa definição

para a linguagem da charge poderemos relacioná-la ao fato de geralmente ela estar questionando e ridicularizando um comportamento social, uma face da sociedade ou uma celebridade que de alguma maneira atinge o seu leitor, e como define Paul Gaultier "o contentamento é tanto mais forte e o riso mais ácido quanto o personagem em causa seja mais célebre". (LIMA, 1963, p. 25)

Mikhail Bakhtim, em seus estudos sobre o riso popular, mais especificamente sobre a obra de Rabelais demonstra como a cultura popular medieval "se opunha ao tom sério, religioso e feudal da cultura oficial da época". (FARACO, 1992, p. 194)

Bergson, em seu ensaio sobre a dimensão social do cômico, observa: "a sociedade vinga-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela. O riso não atingiria o seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade". (FONSECA, 1999, p. 22)

Novamente percebemos que, apesar do riso ser o ponto central de identificação da charge, e, aparentemente ser um elemento totalmente positivo, essa "carga" bem humorada tem todo peso de formação de opinião, e sobre esse aspecto, o professor José Havet, em sua pesquisa sobre o cartum como fonte de análise do desenvolvimento dos países, concluiu que muitas vezes essa linguagem é permeada pelo que definiu de "maniqueísmo agressivo", ou seja, o cartunista estabelece através da imagem criada a sua leitura da questão, podendo ter uma inclinação moralista para alguns fatos.

Nessa perspectiva é necessário questionarmos até que ponto as produções culturais do homem são permeadas pela imparcialidade. A manifestação do pensamento humano sempre estará vinculada a uma tomada de posição, logo, em última instância, não há neutralidade, seja na produção do chargista com total liberdade de criação ou na linha editorial que permeia o meio de comunicação ao qual ele está vinculado.

Se o humor é a mola propulsora da apropriação do leitor, precisamos observar a paradoxalidade desse humor; como rirmos de uma charge onde o tema central é a desigualdade social, a corrupção, enfim, as questões mais sórdidas que atingem o homem?

Nesse raciocínio poderíamos classificar a charge como uma "linguagem triste" que parte inicialmente do "riso ilusório", do imaginário para a realidade.

Qual será a primeira reação do leitor da charge de Angeli, publicada na Folha de São Paulo logo após a chacina de um grupo de sem terras no Pará, em 1996? Como reagirmos a imagem das inúmeras sepulturas junto a frase "Enfim, terra para todos"

FIGURA 8 – CHARGE – CONFLITO ENTRE SEM TERRAS E POLICIAIS NO PARÁ EM 1996



FONTE: ANGELI. *Folha de S. Paulo*, 19/04/1996, p. 2.

Obviamente que essa leitura estará diretamente relacionada ao ponto de vista que o leitor tem sobre o tema em questão. No entanto, poderíamos dizer que o riso somente estaria presente no "seria cômico se não fosse sério", frase que podemos aplicar tranqüilamente a linguagem das charges.

Nas palavras de Hermam Lima " o certo é que a caricatura política ou social raramente pode levar ao riso despreocupado". (LIMA, 1963, p. 26)

2.2 HISTÓRICO DA CARICATURA

A origem da caricatura enquanto conceito artístico está ligada ao Renascimento. Se a essência da caricatura está na representação do homem, e é nesse período que o homem é o objeto de toda manifestação dele mesmo, não haveria melhor cenário para que toda a "carga" produzida por esses subversivos do traço fosse colocada em ação, expondo as fragilidades e o ridículo da humanidade, ou questionando valores, poderes, sistemas que se estabeleciam naquele dado momento, pois, como ilustra Hermam Lima "(...) não é a caricatura que torna os homens ridículos, eles é que são ridículos por si mesmos, e quando o são, não há força que os livre disso". (LIMA, 1963, p. 15)

No entanto, se tomarmos a caricatura como a representação irônica do homem, ou a deformação da sua imagem, podemos mencionar sua existência desde os papiros egípcios, do período da 10ª Dinastia de Ramsés II, de acordo com estudos de Olivier Beauregard, onde personalidades como Ramsés, Osíris, Ísis, são representados por figuras de animais, numa alusão aos conflitos religiosos ocorridos no Egito, na época dos raméssidas.

FIGURA 9 – PRIMEIRA CARICATURA CONHECIDA



PRIMEIRA CARICATURA CONHECIDA. Papiro egípcio do Museu Turim. Dimensões: 47cm x 12.

FONTE: LIMA, Herman, p. 37.

Há ainda entre os romanos os graffitti, encontrados na cidade de Pompéia. Em um desses grafittes o alvo são os gladiadores da cidade de Nucéria, que são ridicularizados pelos pompeianos. Ofendidos, Nucéria apela para Nero, que proíbe a realização de espetáculos teatrais em Pompéia por 10 anos, como pena da representação da cidade vizinha.

Na Grécia encontramos o pintor Poson cuja característica era acentuar aspectos da fisionomia das pessoas que retratava. Esse fato despertou o interesse de Aristóteles que considerou: "quando se tem de representar certas personagens pela imitação, deve-se necessariamente pintá-las melhores ou piores do que são". (LIMA, 1963, p. 7)

Na Idade Média também a caricatura, considerando a imagem do grotesco, ocupa seu espaço, seja através das infinitas representações do diabo, muito mais para fazer medo do que fazer rir. De acordo com Louis Hourting "foi na representação do inferno que a imaginação desses homens mostrou toda a sua energia, como se só o pavor pudesse sacudir a gaucherie desses pintores e por na sua imperícia um ímpeto furioso (...)". (LIMA, 1963, p.45),

ou ainda através dos menestréis medievais que ridicularizavam a sociedade da época, animando os castelos medievais, com suas canções e poesias.

Michelângelo também utilizou o recurso da deformação em seus desenhos. Entre eles encontramos a representação que fez de Messe Biaggio de Cesano, mestre de cerimônias do Papa Paulo III, responsável pela censura as obras do artista que tinham como elemento a nudez. O protesto ao censor se deu pela caricatura, retratando-o com uma cabeça de demônio "para vingar-se de seu reparo às nudezes dos santos e eleitos". (LIMA, 1963, p.52)

No entanto, ao analisarmos o surgimento da caricatura no sentido moderno, como "retrato satírico do indivíduo", teremos como precursores os irmãos Carraci, já no século XVI, na Itália. Fundadores da Academia de Bolonha, em 1585, centro de artes que abrigou os mais diversos gêneros da arte Renascentista; é nesse espaço que tem origem a caricatura, envolta numa aparente displicência, quase que inofensiva, como aponta Herman Lima em sua citação de Randal Davies "(...) esse grupo de pintores que fazia do realismo mais cru o cânon decisivo divertiam-se em artísticas frivolidades no intervalo dos trabalhos sérios. Começavam por introduzir o uso de símbolos lineares, pedindo aos amigos que adivinhassem o que eles representavam". (LIMA, 1963, p. 52)

A liberdade de criação sem dúvida não poderia estar desvinculada das imagens caricatas, e é nesse aspecto que a Holanda se destaca através da Escola Romeyn de Hooghe, que abriga todos os descontentes das outras nações, permitindo uma ampla e rica produção o que desperta a ira de Luís XIV que "temia as caricaturas dos holandeses mais do que seus soldados e seus marujos e o buril de Romain de Hooghe estava no número das armas mais poderosamente empregadas por Guilherme de Nassau". (LIMA, 1963, p. 54)

Se aparentemente essa arte surge no "intervalo de trabalhos sérios", a proporção que ela irá tomar, a ponto de abalar governantes, ridicularizar a sociedade em seus aspectos mais patéticos, ratificará o significado da palavra caricatura, ou seja, **carga, carregar, exagerar, acentuar, ampliar certos aspectos da pessoa retratada.**

Ao considerarmos os poderes da linguagem visual da caricatura observaremos que um dos seus maiores trunfos é a capacidade de síntese, de crítica, seja de um indivíduo, de uma situação social ou de um momento específico. O que em um texto seria necessário inúmeras considerações e análises, transparece na imagem da charge em um segundo, possibilitando uma abrangente formulação de idéias de quem se apropria dessa imagem.

Obviamente que uma linguagem não substitui a outra. No entanto a "carga" dessa imagem faz com que ela ocupe um espaço de destaque na Imprensa, seja em jornais, revistas ou até mesmo, atualmente, em redes de televisão.

Nessas bases ela vem constituindo seu peso como documento histórico e formadora de opinião.

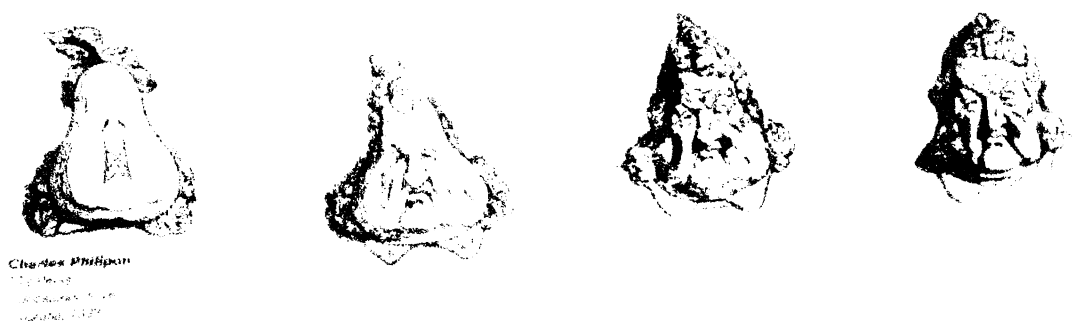
O espaço que a caricatura obteve paralelamente ao desenvolvimento da Imprensa ampliou a dimensão social dessa arte, seja através da caricatura de costumes ou da caricatura política. As revistas satíricas, que surgiram no final do século XVIII, colaboraram para a divulgação dessa arte, aliado ao aperfeiçoamento técnico, que possibilitou uma produção muito maior do que no período das estampas individuais.

Em todas as obras que tratam do tema estudado, a revista francesa **La Caricature**, fundada em 1830 por **Charles Philipon**, merece destaque.

Como a subversão é característica de um bom caricaturista, Philipon não fugiu a regra, e, a ousadia de satirizar o rei Louis Philippe, lhe custou algum tempo de prisão além

da elaboração de leis de censura a Imprensa Francesa em 1835. Tudo porque o rei foi representado com um rosto de pêra, cujo termo era relacionado a "estúpido".

FIGURA 10 – CARICATURA DO REIS LOUIS PHILIPPE FEITO POR CHARLES PHILIPON



FONTE: FONSECA, Joaquim, p. 69.

Uma Segunda revista, também lançada por Philippon, foi a **Le Charivari**. Fundada em 1832, essa publicação se estendeu até 1937; mesclando textos e desenhos, abrigou diversos expoentes da intelectualidade francesa.

Um dos destaques da **Le Charivari** foi **Honoré Daumier**, sendo constantemente referendado por escritores como Balzac e Baudelaire. Seu talento também lhe custou a prisão, por litografias que também satirizavam o rei Philippe.

Passando pela caricatura de costumes ou pela sátira política, ridicularizando as cortes da justiça ou partidos políticos, Daumier é referência na História da Imprensa e da caricatura. De acordo com Ana Maria de Moraes Belluzzo " Daumier é o exemplo mais alto de uma nova acepção de caricatura, fundada nas mudanças estruturais da sociedade européia, e nos movimentos sociais que emergem a partir da Revolução Francesa, etapa em que a

caricatura encontra no conflito de interesses dos grupos sociais farta matéria prima". (BELLUZZO, 1992, p. 23)

Nesse contexto o artista confere a caricatura o peso social que lhe é inerente, explorando os meios técnicos possíveis para se dirigir ao seu público.

Junto ao surgimento das revistas satíricas francesas, amplia-se o recurso do texto aliado a imagem caricatural. Esse fator irá reforçar idéias e características do que não pode ser retratado imagetivamente.

Obviamente o espaço que a caricatura obteve na Imprensa ampliou a dimensão social dessa arte, seja através da caricatura de costumes ou da caricatura política.

2.2.1 A Caricatura no Brasil

Quando tratamos de órgãos de Imprensa no Brasil que tenham explorado a via cômica enquanto desenho de humor encontramos citações que se remetem a uma publicação feita no Recife, datada de 1831, denominada de Corcundão. Porém, ao utilizarmos o conceito específico caricatura, encontramos como 1ª referência um anúncio publicado no **Jornal do Comércio**, de **14 de dezembro 1837**:

Saiu à luz o primeiro número de uma nova invenção artística, gravada sobre magnífico papel, representando uma admirável cena brasileira, e vendida pelo módico preço de 160 réis cada número, na loja de livros e gravuras de Mongie, Rua do Ouvidor, nº 87. A bela invenção de caricaturas tão apreciada na Europa, aparece hoje pela primeira vez no nosso país, e sem dúvida receberá do público aquêles sinais de estima que êle tributa às coisas úteis, necessárias e agradáveis. (LIMA, 1963, p. 71)

FIGURA 11 – PRIMEIRA CARICATURA BRASILEIRA



A CAMPAINHA E O CUJO. Primeira caricatura brasileira. Atribuída a Manuel de Araújo Porto-Alegre. Estampa da Litografia de Victor Laros (14-12-1877).

FONTE: ARAÚJO, Manuel de. In: LIMA, Herman. Porto Alegre, 14/12/1877, p. 73.

Ironicamente, essa primeira caricatura publicada na Imprensa brasileira tratava da corrupção, ou seja, era a imagem de um funcionário do governo recebendo propinas. Apesar da obra não ter assinatura, atribuí-se a autoria a **Manuel Araújo Porto Alegre**, que, paradoxalmente, era ligado ao governo.

Outra publicação mencionada é a **Lanterna Mágica**, dirigida também por Porto Alegre, com edições entre 1844 e 1845.

Ao analisarmos esse acervo histórico da imagem da caricatura no Brasil, encontraremos no 2º Império um rico material, que irá delinear os mais variados aspectos do período: social, político, religioso. Ignorarmos esses documentos será abrirmos mão de uma ampliação do repertório crítico sobre a sociedade e a mentalidade dessa época.

Toda essa produção artística propicia leituras históricas que muitos livros oficiais não possibilitariam, como bem cita Lilia SCHWARCZ: "A fotografia, utilizada de forma oficial, passava a imagem segura e estável de uma "monarquia civilizada e cidadã". Já

as caricaturas "roubavam" as feições, mas "corrompiam" o cenário, destacando as contradições que rondavam o governo e seu imperial representante. Nesse sentido, nada pior para a imagem da realeza, até então tão bem preservada". (SCHWARCZ, 1998, p. 425)

De acordo com indicações feitas na obra Cabrião, as publicações humorísticas que circularam por mais tempo foram:

QUADRO 2 – PERIODICIDADE DE CIRCULAÇÃO DE REVISTAS HUMORÍSTICAS NO SÉCULO XIX

Revista Ilustrada	1876-1898	22 anos
O Mequetrefe	1875-1893	18 anos
Semana Ilustrada	1860-1876	16 anos
O Carapueiro	1832-1847	15 anos - com interrupções
Fluminense Exaltada	1832-1846	13 anos
Marmota da Corte*	1849-1861	12 anos
A Vida Fluminense	1868-1875	7 anos
O Mosquito	1869-1875	6 anos

FONTE: CABRIÃO. **Semanário Humorístico editado por Angelo Agostino, Américo dos Campos e Antonio Manoel dos Reitis – 1866-1987**, 1982, p. 17.

Foi nas mãos do alemão **Henrique Fluiss**, em 1860, que surge a 1ª revista humorística no Brasil: a **Semana Ilustrada**, com uma periodicidade estável que se estendeu até 1876. Outro importante periódico foi a **Revista Ilustrada**, dirigido por um dos maiores mestres da produção de caricaturas no Brasil, o italiano **Angelo Agostini**.

A Revista Ilustrada se destaca pelo seu papel histórico na transição da Monarquia para a República. Eleições fraudulentas, questões religiosas, a imagem do Imperador, nada escapava aos artistas de tão importante periódico. No entanto, é a questão abolicionista a maior referência dessa publicação. Denominada por Joaquim Nabuco de "Bíblia da Abolição dos que não sabem ler", as charges publicadas não fugiram a importância social de sua época.

FIGURA 12 – PRIMEIRA CAPA DA REVISTA ILUSTRADA



FONTE: AGOSTINI, Angelo. In: LIMA, Herman. *Revista Ilustrada*, 01/01/1876, p. 120.

Esse caráter combativo das charges do 2º Reinado, fosse por Agostini, Bordalo Pinheiro e tantos outros, marcou profundamente esse período. Muitos atribuem ao fato do bom relacionamento de D. Pedro II com a Imprensa o farto material produzido. De acordo com Otávio Tarquínio de Sousa "(...) foi D. Pedro II, durante o seu reinado de quase meio século a maior garantia da liberdade de opinião escrita ou falada no Brasil talvez quem melhor soube dar valor ao papel da imprensa". (LIMA, 1963, 135)

Apesar desse fato ser citado em várias obras que tratam do tema, não há dúvida de que, independente da época ou da pressão, apesar das adversidades, esses bem humorados subversivos sempre usaram da sua essência de "bufão" para manifestar através do traço a sua indignação com as situações que, no seu julgamento, deveriam ser levadas ao público.

FIGURA 13 – 20 ANOS DE REPÚBLICA NA CHARGE DE J. CARLOS



O RÉGULO DO ANIVERSÁRIO—15 DE NOVEMBRO DE 1909

A sombra de Benjamin Constant. Quem diria que já aos vinte anos já estivesse tão debilhado?

J. Carlos, *O Filhote* (11-11 1909).

FONTE: CARLOS, J. In: LIMA, Herman. *O Filhote*. 11/11/1909, XVII, Introdução.

De acordo com Herman Lima, a questão da abolição da escravatura e do fim da monarquia acabou refletindo numa certa decadência na produção das caricaturas, segundo o autor "o interesse caiu de tal modo pelo gênero que, de 1889 ao fim do século, com exceção de D. Quixote, de Angelo Agostini "(...) nenhuma outra revista surgira em condições de vitalidade de tantas outras do tempo do Império". (LIMA, 1963, p. 137)

Com as transformações econômicas e culturais do final do século, aliado as inovações técnicas, a Imprensa brasileira adquire uma nova estrutura. Surgem jornais que permanecem em nosso meio até hoje, como o Jornal do Brasil, fundado em 1891, precursor da publicação de caricaturas políticas e de costumes, inicialmente semanais, passando as charges diárias, chegando a ocupar a primeira página do importante periódico.

Coube a Gazeta de Notícias, em 1907, o pioneirismo na publicação a cores.

As revistas que mais se destacam nesse período são **O Malho (1902)**, **Fon-Fon (1907)** e a **Careta (1908)**.

O Malho, inicialmente humorístico e artístico, torna-se uma revista de crítica política através de traços de importantes nomes como K. Lixto, J. Carlos, entre outros. No combate a Aliança Liberal, a partir de 1929, tinha como principal alvo Getúlio Vargas, o que, indiretamente atingia o povo gaúcho. A defesa do governo de Washington Luís acabou custando o incêndio da redação, que reaparece em 1935 e se estende, com algumas interrupções, até 1954.

A revista Fon-Fon, retratava a sociedade carioca, com a crítica peculiar da charge, mesclando imagens a literatura. É nessa revista que surge Nair de Teffé, em 1910, a primeira mulher caricaturista do Brasil. Esse é, sem dúvida, um dos aspectos curiosos da caricatura, até hoje. É raro encontrarmos caricaturistas mulheres, se analisarmos proporcionalmente o número de homens que ocupam esse espaço na Imprensa brasileira.

Contando com a importante colaboração de J. Carlos, a revista Careta é fundada em junho de 1908, por Jorge Schmidt.

A força da Careta estava tanto na sua popularidade, passando das classes populares a classe intelectual do país, quanto no bom gosto de suas publicações e na amplitude de sua linguagem, como menciona Magalhães Jr em publicação no jornal A Noite, de 28 de abril de 1945:

(...) Careta sempre procurou ser, antes de tudo, desopilante e atrevida, servindo através do riso são e desse atrevimento satírico, as inclinações e ao sentimento do povo brasileiro. (...) Não se limita entretanto, a clamar contra a tremenda carestia da vida, o abandono da área urbana. Careta transcende do plano municipal e Nacional ao plano internacional, dando os seus tiros de atiradora solitária (...) contra os tubarões do fascismo, contra os pretensos salvadores do

mundo, do tipo de Mussolini, de Hitler, de Franco Salazar et caterva. (LIMA, 1963, p. 150)

O jornalista estava se referindo ao vasto trabalho de J. Carlos sobre as duas grandes guerras. Nem mesmo o acontecimento mais trágico da humanidade fugiu a aparente impossibilidade de rir de um momento tão mórbido. Ao contrário, acentuou a criatividade e a força dessa linguagem frente a crítica do ridículo que é o próprio homem.

Alguns autores quando se referem aos caricaturistas o comparam com os bobos da corte, que eram a própria caricatura personalizada: " Valendo-se abusivamente da sua situação privilegiada, eram temidos por todos, pela desabusada liberdade de que se valiam". (LIMA, 1963, p. 51)

Na década de 30, essa demasiada liberdade dos bufões do traço chamou a atenção do governo autoritário, e, com a implantação do Estado Novo, em 1937 e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda que impunha a censura a Imprensa, a caricatura política obviamente também seria alvo do fascismo tropical.

Nesse período Alvarus (Álvaro Cotrim), importante chargista, desabafou: "Atualmente a caricatura política está reduzida a dois bonecos, um virado para o outro, debaixo dos quais se escreve uma legenda qualquer. A família da caricatura está seriamente doente: intoxicação totalitária. (LIMA, 1963, p. 30)

Tal controle se deu pela força de contestação que as charges possuem, além do seu peso como formadora de opinião junto aos mais diversos públicos.

Ao passo que os acontecimentos políticos locais não podiam ser questionados era impossível ficar alheio aos acontecimentos mundiais, como a guerra, daí a infinidade de charges de brasileiros sobre esse tema, a "carga" de tinta do chargista era dirigido diretamente

aos fascistas internacionais, o que deixava no ar a possibilidade de estabelecer relação com o autoritarismo instalado em território nacional.

Belmonte foi um dos expoentes desse tema, apesar de ter muitas de suas charges censuradas, publica entre 1936 e 1946 uma rica produção de combate ao nazismo, registradas na Folha da Noite, periódico que futuramente seria anexada a Folha de São Paulo.

FIGURA 14 – O NAZISMO NO CHARGE DE BELMONTE



FONTE: BELMONTE. *Caricatura dos Tempos*. 27/01/1945, p. 104.

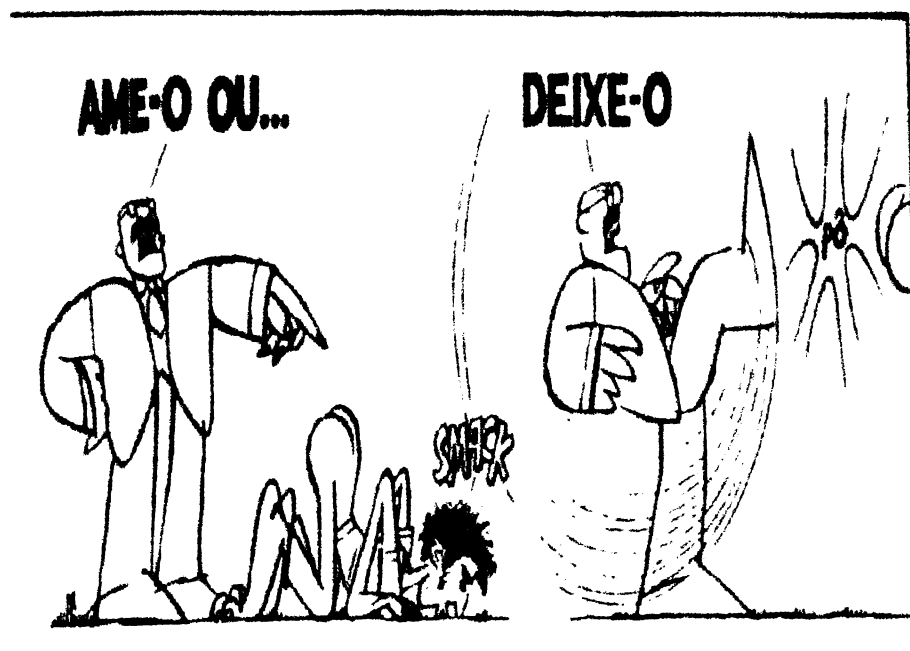
Durante o período militar, quando novamente o autoritarismo assume suas feições no governo brasileiro, surge também um dos mais importantes veículos humorísticos e críticos da política brasileira, o **Pasquim**.

Fundado em 1969 pelo jornalista Tarso de Castro, seus redatores e chargistas não fugiram das perseguições e prisões políticas da época. Passando por questões sociais e

políticas, esse semanário teve a participação de chargistas contemporâneos, que atuam nos maiores veículos de imprensa no país: Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, entre outros.

Os artistas do traço subversivo desnudavam toda a violência, as injustiças sociais e a falsidade que permearam a ditadura militar. Novamente era a charge registrando o seu tempo e fazendo o seu manifesto pela força imagética. Uma análise do material de charges desse período poderá levar o historiador, o aluno, o cidadão, a uma nova leitura, apontando perspectivas diferenciadas das que encontramos na linguagem textual; seja pela complementação de idéias ou pela característica própria da charge, que leva obrigatoriamente o leitor a produzir o "seu texto" sobre um determinado fato, ampliando o seu repertório e acentuando a criticidade sobre a questão em discussão.

FIGURA 15 – A CHARGE NO PERÍODO MILITAR



FONTE: ZIRALDO. Almanaque do Ziraldo, 07/1979. In: COTRIN, Gilberto. **História do Brasil**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 340.

2.3 A CHARGE NA ATUALIDADE

Acompanhando o processo de redemocratização, a Imprensa brasileira foi ampliando o seu espaço de influência junto a população, tendo em vista a lenta conquista da liberdade de expressão acentuada principalmente após o fim do regime militar.

As modificações que cercaram os meios de comunicação nas últimas décadas, a super valorização da imagem, o poder da linguagem televisiva frente as massas, as redes tecnológicas, enfim, os novos parâmetros da indústria cultural forçaram sistematicamente as modificações da mídia impressa.

Esses fatores não diminuem o terreno das produção chargística, ao contrário, seu espaço de penetração é ampliado. São inúmeros os sites da internet que trazem trabalhos de chargistas de todo Brasil.

Nas revistas de maior circulação no país os chargistas continuam executando brilhantemente o seu ofício. Charges nacionais e internacionais apontam as ações patéticas do homem frente ao poder ou, alertando, através da linguagem paradoxal do humor, para as injustiças sociais.

Na Revista Veja elas estão presentes em duas seções, no Radar, com notas curtas sobre assuntos que tratam de temas políticos e cotidianos, e ainda no "Veja Essa", seção que publica frases que tiveram destaque na semana, onde são publicadas inclusive charges internacionais.

Na Revista Isto É, encontramos o traço inconfundível de Paulo Caruso, que em sua Avenida Brasil expõe as contradições políticas e sociais do país, num desfile de fragilidades dos homens "sérios" da política nacional.

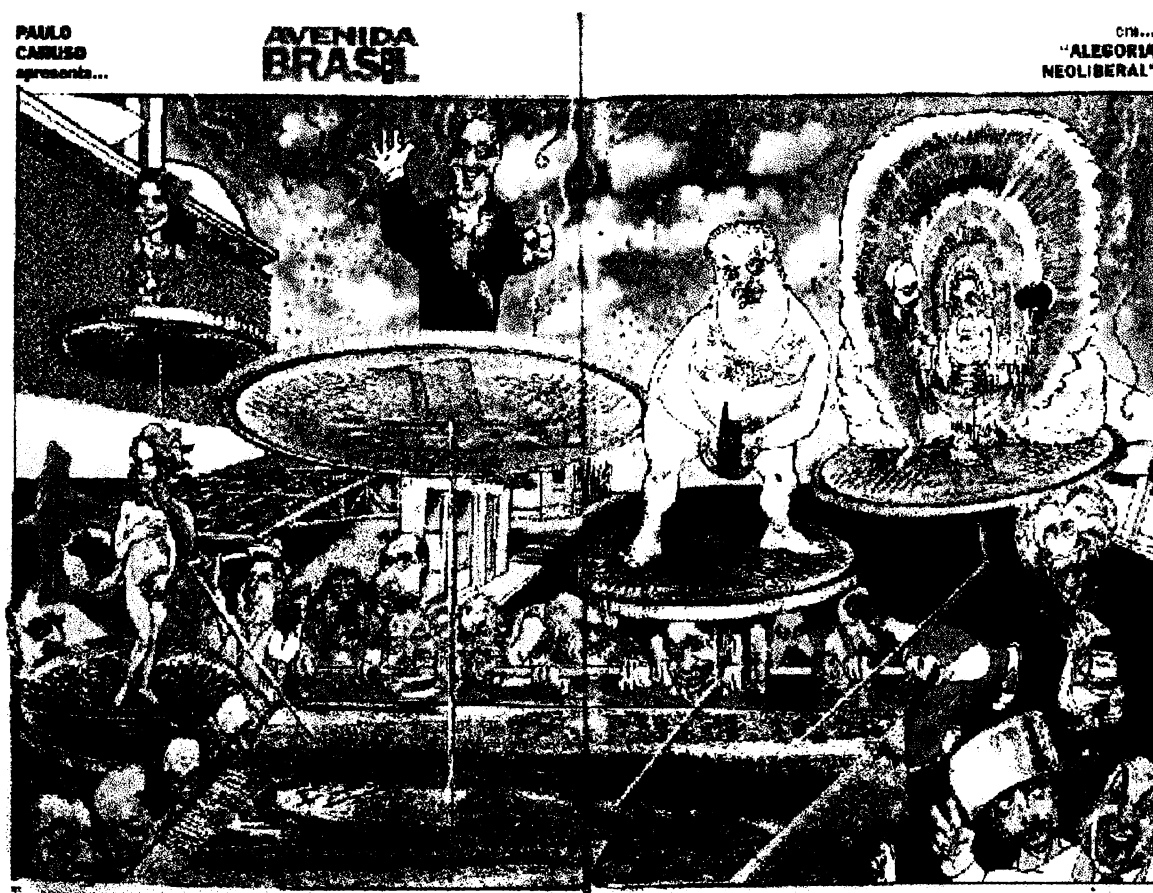
No campo das publicações específicas de humor foi lançada em junho do ano passado a revista *Bundas*, que traz no próprio título uma sátira a banalização do corpo incentivado pela televisão e pela música "comercial" brasileira da atualidade.

Mesclando charges, entrevistas, textos humorísticos e artigos de opinião o periódico segue o mesmo estilo da linguagem do *Pasquim*; nele reencontramos Ziraldo, Millôr, Fernandes, Jaguar, Claudius, chargistas significativos daquela antiga publicação.

Essa análise da história da caricatura, seja através das inúmeras imagens de D. Pedro II e o Império Brasileiro, nos fortes traços de Belmonte e sua crítica ao regime totalitário, no *Pasquim* da ditadura militar, ou nas charges publicadas na *Folha de São Paulo* onde desfilam "topetes" inseguros de Itamar Franco, o ego patético de Fernando Collor, as crises de identidade de FHC frente ao sociólogo e o presidente o domínio de ACM junto aos grupos políticos do país, traduzindo através da criatividade e criticidade desses artistas a imagem de um Brasil que ainda carece de muito bom senso, justiça social e caráter político, aspectos que estão constantemente presente nos trabalhos desses contestadores, o que nos leva a ratificar o pensamento de Baudelaire:

"A caricatura tem direito a atenção do historiador, do arqueólogo e dos filósofos; ela deve tomar seu posto nos arquivos nacionais e nos registros biográficos do pensamento humano. Sem dúvida, uma História Geral da caricatura, em todas as suas relações com os fatos políticos, religiosos, graves ou frívolos, relativo ao espírito nacional, ou à moda que agitaram a humanidade, será uma obra gloriosa e importante". (In: TÁVORA, 1975, p. 6)

FIGURA 16 – A CHARGE ATUAL



CARUSO, Paulo. Revista Isto É, n. 1482, 25/02/98, pp. 88 e 89.

2.4 QUESTÕES EDUCACIONAIS MACRO-ESTRUTURAIS E A RELAÇÃO MÍDIA/EDUCAÇÃO

As discussões sobre as políticas educacionais no país tomam fôlego com o fim do Governo Militar em 1985, permeadas pela necessidade da redemocratização do saber, restabelecendo seu compromisso com a educação cidadã, privilegiando o conhecimento articulado com o compromisso político, exatamente o oposto do que se instituiu durante o

regime militar, período em que obviamente o sistema educacional não fugiu da linha autoritária ditatorial:

As propostas emergentes na década de 80 estavam atreladas a necessidade das reformulações curriculares, além de medidas que pudessem reverter os quadros de problemas relacionados à educação: evasão escolar, reprovação etc.

Todas essas discussões, agora possíveis, envolvendo a sociedade em geral e a comunidade escolar, surtiram efeito, resultando em um novo tratamento dado a educação na então "Constituição cidadã", de 1988.

Como principal diretriz educacional, a Constituição estabeleceu:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É ainda nessa década que o Plano Nacional da Educação passa a ser discutido, e, em 1989 começa a tramitar o projeto Jorge Hage como proposta para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Se a década de 80 é marcada pelo início das discussões e pela avalanche de propostas para os novos rumos da educação no país, ainda que mais restrito a comunidade escolar, a década de 90 será notoriamente o período em que essas discussões serão acirradas pelo embate entre o projeto apresentado em 1992 por Darcy Ribeiro (caracterizado muito mais como um projeto governamental) e o projeto de Jorge Hage, resultado das discussões das mais variadas facções da sociedade permeando o processo de implementação da Lei de Diretrizes e Bases.

Acompanhando o próprio discurso da nova organização mundial acentuada nessa década, a educação passa a ocupar lugar de destaque nos projetos políticos

institucionalizados (partidos e processos eleitorais), direcionados muito mais para a "adaptação" as novas exigências do mercado tecnológico do que para a real democratização do ensino.

Conforme esse discurso, se o país quer estar inserido no processo de competição mundial e fazer parte da revolução tecno-científica, precisará desenvolver uma formação educacional capaz de suprir essas exigências do mercado. Desta forma a educação se volta muito mais para o mercado competitivo que para a real democratização do ensino.

As plataformas políticas, especialmente nos períodos eleitorais também apontam a educação escolar como o caminho para superação dos problemas nacionais, em todos os âmbitos. Seria contraditório negarmos a necessidade de um sistema educacional bem estruturado em qualquer sociedade, mas há outros pontos decisivos na construção de uma sociedade igualitária, como nos lembra o próprio Darcy Ribeiro:

O fracasso brasileiro na educação- nossa incapacidade de criar uma boa escola pública generalizável a todos, funcionando com um mínimo de eficácia - é paralelo à nossa incapacidade de organizar a economia para que todos trabalhem e comam. Só falta acrescentar ou concluir que esta incapacidade é, também, uma capacidade. É o talento espantosamente coerente de uma classe dominante deformada, que condena seu povo ao atraso e à penúria para manter intocada, por séculos, a continuidade de sua dominação hegemônica e as fontes de seu enriquecimento... (PARO et. al., 1988: 26. In: RATO, 1998: 80)

O aumento da influência dos meios de comunicação junto a população também marca a década de 90; a facilidade do acesso a esses recursos, somada ao regime democrático que ampliou a liberdade da imprensa permitiu que a mídia chegasse, em algumas análises, a se definir como o "quarto poder". Nessa perspectiva, ela será a ponte para reforçar ou não os projetos políticos apresentados a sociedade, permeado pelo que alguns estudiosos definiram como discurso neoliberal.

A discussão sobre os processos educacionais também ocupam seu espaço nesses veículos de massa, seja na mídia televisiva ou impressa.

A questão Mídia e Educação despertou o interesse de entidades como a UNICEF, o Instituto Ayrton Senna que, em parceria com o MEC solicitaram uma pesquisa ao Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política, vinculado à Universidade de Brasília. Essa pesquisa, realizada em 1999, tinha por objetivo analisar como a imagem da educação é construída para a opinião pública e de que forma a imprensa trata e cobre os assuntos relacionados a matéria.

As fontes utilizadas foram os artigos publicados entre 1997 e 1998 em 62 periódicos de circulação nacional, regional e local. A Folha de São Paulo foi o jornal do bloco de circulação nacional que teve o maior número de notícias publicadas sobre o assunto.

O resultado da pesquisa apontou o perfil da relação imprensa/educação no país, concluindo que a pauta dos jornais está atrelada ao MEC, o que os leva a abordar temas priorizados pelo governo federal, como concessão de bolsas de estudo, merenda escolar, livros didáticos, orçamentos destinados à Educação. Os veículos apresentaram dificuldade em perceber a articulação das questões educacionais com assuntos como sexualidade, drogas, debates sobre linhas pedagógicas, o que ampliaria a cobertura do setor.

A sugestão final dos pesquisadores é de que a imprensa deixe de ser a caixa de ressonância do poder oficial, abrindo espaço para os setores da sociedade civil ligados à Educação.

A conclusão da pesquisa foi de que "a imprensa brasileira ainda não se deu conta da importância do processo educacional no desenvolvimento e bem estar de uma sociedade moderna". (REVISTA DA IMPRENSA, 12/01/2000: 7)

Nessa mesma linha de análise, considerando a relevada importância desses dois setores para a sociedade, veículos de comunicação e Educação, é que optamos pelo recorte - A educação escolar na linguagem das charges publicadas na Folha de São Paulo (1992-1998) - Um estudo de caso.

3 PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO

Tendo como principal fonte de pesquisa as 2494 charges publicadas entre 1992 e 1998 na Folha de São Paulo, voltada especialmente para o acompanhamento das ênfases e ausências em termos da abordagem da questão escolar nesse objeto de estudo, estabelecemos como roteiro para apresentação dos resultados da investigação o seguinte roteiro:

- a) **Charges relacionadas a educação escolar:** sendo nosso principal foco de investigação é o 1º tema a ser discutido no corpo do trabalho, partindo do levantamento quantitativo para a análise específica das charges que tratam **exclusivamente do tema educação escolar**. (QUADRO 3, p. 47)
- b) **Charges e a abordagem das temáticas sociais, incluindo a questão da educação escolar:** nesse item registramos as charges que trazem imagens relacionadas a distribuição de renda, reforma agrária, saúde, desemprego e educação escolar; quando todas essas questões aparecem agrupadas em **uma charge**, retratando o panorama social do Brasil. (QUADRO 12, p. 70)
- c) **Charges e as demais temáticas sociais tratadas individualmente:** Nesse quadro contabilizamos as charges que tratam isoladamente de questões sociais, incluindo as charges que tratam especificamente de educação escolar (QUADRO 3). Nosso objetivo era verificar qual a questão social privilegiada nessa categoria – exclusividade –, se considerarmos que nesse aspecto o tema educação escolar foi o que apresentou o menor número de publicações. (QUADRO 13, p. 76)

- d) **Temas que totalizaram o maior número de charges produzidas no período:** Considerando que partimos de um levantamento quantitativo e que a educação escolar ocupou uma colocação periférica, achamos importante detectar quais os temas que genericamente, foram mais contemplados pelos chargistas. Nesses quadros poderemos observar que a centralização está nos temas relacionados a dinâmica das políticas institucionais e partidárias, conforme apontaremos na análise. (QUADROS 14 a 21, pp. 78-79)

Respaldando todo o direcionamento da pesquisa, considerando que o ponto de partida para as discussões do recorte proposto são os dados quantitativos, o resultado sistematizado do levantamento dessas 2494 charges observadas estão expostos em **quadros quantitativos** que precedem a análise de cada item citado no roteiro anteriormente descrito.

Apontamos exaustivamente a necessidade da exploração das imagens como recurso significativo em sala de aula. Ao tratarmos especificamente das charges, observamos durante o desenvolvimento da pesquisa como elas podem levar o leitor para uma reflexão aprofundada tanto sobre determinados períodos históricos do país, quanto as questões contemporâneas que compõem o cotidiano da sociedade.

Percebemos que esses dados podem ser explorados não somente na disciplina de História, mas nos diversos campos do currículo escolar. Esse tipo de consideração será trabalhado a seguir tendo em vista os conteúdos veiculados pela charges analisadas.

No entanto, ainda no contexto das inúmeras positivities desse tipo de linguagem, nossa pesquisa empírica apontou certos limites que, mesmo no âmbito da necessária liberdade de expressão, especificidades, e criatividade do chargista e da mídia

um todo, precisariam ser considerados numa perspectiva de permanente avaliação e aprimoramento. Tais questões serão também apontadas na seqüência desse trabalho.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E ANÁLISE DO TEMA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Ao analisarmos quantitativamente o número de charges que se referem **exclusivamente a questão educacional**, encontramos em 7 anos observados, entre 2494 trabalhos, somente 5 que abordam diretamente o tema.

Cabe agora observarmos qual a imagem construída nessas charges, quais as questões pinçadas pelo artista gráfico para expor as crises da educação escolar no Brasil.

QUADRO 3 – CHARGES QUE TRATARAM EXCLUSIVAMENTE DO TEMA EDUCAÇÃO / 1992-1998

ANO	CHARGES ALUSIVAS AO TEMA	TEMA ABORDADO	TOTAL DE CHARGES ANALISADAS
1992	00	-----	343
1993	00	-----	359
1994	01	Falta de vagas	359
1995	01	Estrutura física da Escola pública	359
1996	00	-----	357
1997	00		360
1998	01	Estrutura física da escola pública.	357
	01	Falta de vagas/violência	
	01	Falta de vagas	
Total- 7 anos	05		2494

FONTE: FOLHA DE S. PAULO, 01/01/1992 a 31/12/1998.

FIGURA 17 – PRIMEIRA CHARGE ALUSIVA A EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1992/1998



FONTE: ANGELI. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 01/08/1994, p. 2

Na primeira charge encontrada nos deparamos com a imagem da disputa grotesca de alunos por uma carteira escolar. Enquanto signos podemos nos ater desde a expressão facial dos alunos, os olhares atônitos, até o esforço para se segurar na carteira, traduzido no "ranger dos dentes" para poder se equilibrar.

Há ainda os que não conseguem permanecer na disputa, representado na imagem de um dos alunos atirado ao chão.

Três anos e meio depois, o autor publica uma charge com o mesmo título

"Grupo Escolar Brasil". Apesar de se tratar de uma nova imagem a temática é idêntica, diferenciando-se agora pela presença do professor e por uma expressão um pouco "menos apavorada" que na charge anterior. Alunos aguardam organizadamente o atendimento do professor que, dispondo somente de uma carteira em sala de aula, orienta os educandos individualmente.

FIGURA 18 – VAGAS NA ESCOLA PÚBLICA



FONTE: ANGELI. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 16/01/1998, p. 2.

Em uma primeira análise essas duas charges nos remetem a prometem a problemática das vagas nas escolas públicas; embora a charge não traga nenhuma especificação que aponte diretamente se tratar de uma escola mantida pelo governo, as evidências nos levam a essa conclusão.

Um dos aspectos interessantes é observarmos a permanência desse assunto na pauta das charges educacionais, entre as cinco que foram publicadas, três se referem diretamente a esse tema, sendo que as outras duas abordam a questão da infra-estrutura dos prédios escolares. (QUADRO 3)

Abstraindo nesse momento certas considerações críticas, tal ênfase abre a possibilidade de levarmos ao educando a discussão sobre a falta de vagas na escola brasileira, contextualizando-a em suas dinâmicas geradoras.

Tendo como referência a lei maior da União, conforme já citamos anteriormente, o artigo 214 da Constituição estabelece como uma das metas a ser atingida pelo Plano Nacional da Educação a universalização do atendimento escolar.

Com a LDB 9394/96 e a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), vemos essa universalização e gratuidade restrita ao ensino fundamental, deixando os outros níveis de escolarização com um índice menor de recursos, já que a política educacional priorizou essa modalidade de ensino.

Sobre essa defasagem podemos exemplificar com os dados apontados no P.N.E no que se refere a educação infantil:

QUADRO 4 – MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA / 1996

População matriculada na pré-escola- 1996	5.714.303
População total de 0 a 6 anos	21.386.636
Déficit	13,2 milhões

FONTE: PNE - Sociedade Brasileira, 1997, p. 24

Ao analisarmos as matrículas do Ensino Fundamental a situação apresentada em algumas regiões não é diferente:

QUADRO 5 – MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO BRASIL

REGIÃO	MATRÍCULA	POPULAÇÃO 7-14 ANOS
Norte	5,0 %	3,8%
Nordeste	22,7%	33,4%
Sudeste	49,4%	40,9%
Sul	16,4%	14,4%
Centro-Oeste	7,4%	7,3%

FONTE: PNE, 1997, p. 25.

De acordo com esses dados, no Nordeste aproximadamente 10% das crianças estão fora da escola.

Os dados do MEC acusam 33 milhões de matrículas no ensino fundamental, para 28 milhões de crianças na faixa etária de 7-14 anos. No entanto a aparente sobra de vagas na maior parte das regiões não é real. O grande número de alunos maiores de 14 anos no ensino fundamental, acaba colaborando na exclusão de alunos que estão na faixa etária convencionada.

Essa questão do número de vagas disponíveis é significativa, especialmente ao depararmos com as regiões mais pobres do país.

As políticas educacionais vigentes, em atenção a essa questão vem estabelecendo algumas diretrizes que aparentemente tentam resolver a questão, como destinar R\$ 25,00 reais por aluno matriculado nos municípios. No entanto, isso acaba se tornando uma faca de dois gumes, pois se de um lado estimulou as campanhas do estilo "Toda criança na Escola", desenvolvida em todo o território nacional, acabou gerando outros problemas como a superlotação de salas, já que a LDB determinou um número mínimo de alunos por sala de aula mas não estabeleceu o número máximo. Alguns municípios, com a justificativa de uma melhor remuneração para o professor (60% do FUNDEF deve ser destinada para esse fim) confinaram mais de 45 alunos numa sala das séries iniciais do ensino fundamental, alegando que a contratação de um número maior de profissionais ampliaria o "fatiamento do bolo" do FUNDEF.

No caso específico da charge publicada em 16/01/ 1998, podemos estabelecer referência a matéria publicada no dia anterior que tratava dos "bingos da educação" realizados pela Secretaria da Educação em São Paulo, onde 85440 alunos participaram da "disputa de

vagas nas escolas consideradas de excelência- aquelas com bons professores e prédios bem cuidados". (FOLHA DE S. PAULO, 15/01/1998, cotidiano, p.3-1)

Estabelecer a relação entre a charge publicada e a matéria só se tornou possível pelo fato de estarmos efetivamente em contato com o material. Seria importante explorar o tratamento dado as questões escolares, em relação e/ou para além da linguagem específica das charges, o que fica indicado como objeto de futuras pesquisas.

Conforme já citamos, de acordo com matéria publicada no mesmo periódico, essa corrida em busca de vagas se justifica pela busca de escolas consideradas melhores. Nessa análise não podemos apontar simplesmente a falta de vagas nas escolas, mas sim uma seleção feita pela própria sociedade, questão que tanto a matéria quanto as charges vistas em seus conjunto parece ignorar. Nesse sentido uma observação cuidadosa aponta inclusive para o papel investigativo e crítico da mídia. Nesse caso, perdeu-se novamente a oportunidade de provocar uma discussão mais complexa, que contribuisse para ampliar as perspectivas de análise dos leitores.

Essa opção por determinadas instituições escolares pode estar respaldadas em vários aspectos:

Deslocamento populacional - Muitas vezes, embora haja vagas nos bairros, considera-se que a qualidade das escolas centrais sejam superiores. Vivenciei pessoalmente essa experiência quando, trabalhando em um órgão oficial do setor educacional era comum constatar as super lotações em determinadas escolas com localização central e a ociosidade de algumas escolas periféricas, em especial as que atendem o 3º e o 4º ciclo do ensino fundamental ou ainda o ensino médio.

Pais e alunos justificavam sua opção defendendo a idéia de que essas escolas possuíam melhor infra-estrutura, professores mais qualificados, administração escolar com

melhor desempenho; outro argumento apresentado estava relacionado a uma menor incidência de violência ou uso de drogas nessas escolas. Nem sempre esses fatos eram reais, mas observamos que era o que se estabelecia como senso comum.

Lideranças comunitárias - as escolas onde havia um maior engajamento da comunidade escolar também eram as mais procuradas, considerando que em geral apresentavam uma maior representatividade junto ao poder público.

Uma das possibilidades de reversão desse quadro está nas mãos dos poderes públicos, a questão é que estes não contam com estratégias de permanente acompanhamento e redirecionamento de equipamentos sociais, além da ausência de políticas educacionais que garantam condições de ensino de qualidade para toda a rede pública, algo que pode estar intrínseco nas charges analisadas, mas que poderiam ser aprofundadas.

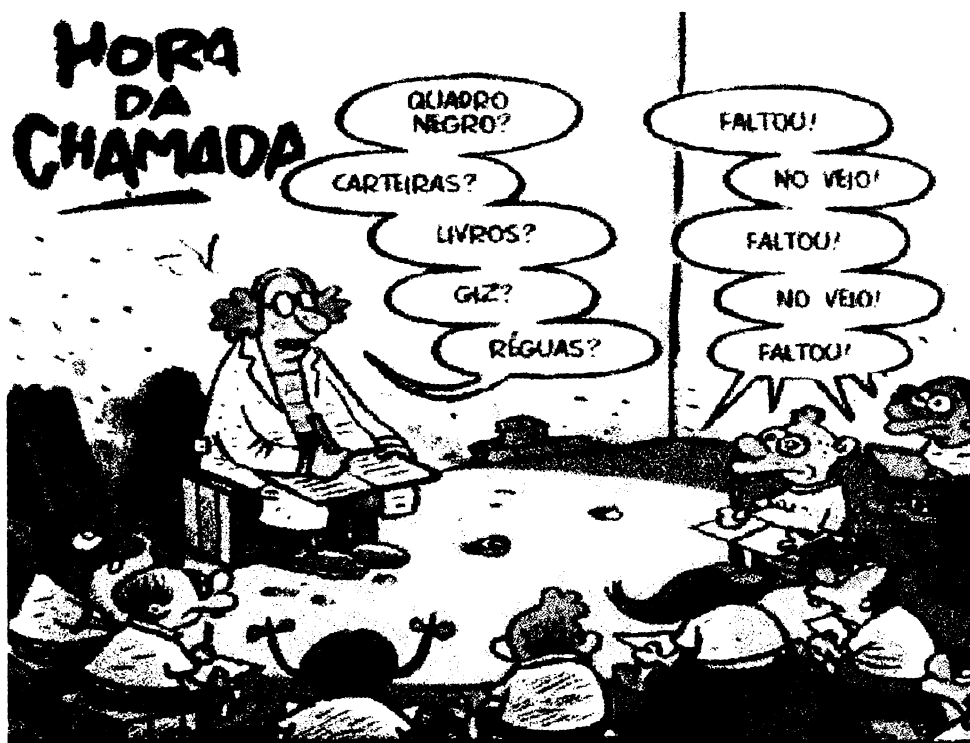
3.1.1 Infra-estrutura das Escolas Públicas

FIGURA 19 – PROFESSOR DA ESCOLA PÚBLICA



FONTE: SPACCA. Folha de S. Paulo. Opinião. 04/09/1995, p. 2.

FIGURA 20 – INFRA-ESTRUTURA DOS PRÉDIOS ESCOLARES



FONTE: ANGELI. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 13/02/1998, p. 2.

Entramos aqui em outros pontos importantes da temática educacional: qualificação do professor e infra-estrutura das escolas. O texto em que o professor menciona o "Livro de Jó", personagem bíblica que simboliza a persistência e a fé apesar de todas as adversidades que o atingem, complementado pelo Apocalipse, escritura que aborda o fim do mundo, ilustram sabiamente o perfil das condições materiais das escolas públicas no período analisado.

É um bom ponto de partida para discutir cidadania com o aluno/cidadão que não vê seus direitos respeitados nas condições mínimas para desenvolver seus estudos.

Nesse sentido, uma matéria publicada na Gazeta do Povo nos dá um parecer sobre as condições das escolas paranaenses, no ano de 1998:

- a) 93,14% não dispunha de laboratórios de informática.

- b) 87,59 % não dispunha de laboratório de ciências.
- c) 66,94% não possuía biblioteca.
- d) 51,86% não dispunha de videocassete.
- e) 49,52% não tinha televisor.
- f) 9,89% não tinha luz.
- g) 9,25% não tinha esgoto.
- h) 2,47% não tinha água.

(GAZETA DO POVO. **Caderno especial eleição cidadã**, 26/09/1998, p.06)

A pesquisa não aponta as condições específicas da sala de aula, como disponibilidade de carteiras, iluminação adequada, ventilação, questões primárias mas que interferem no processo pedagógico indubitavelmente.

Não é raro, na mídia, todo início de ano letivo, acompanharmos de um lado a chamada escolar do governo para atingir o maior número de matrículas e, ao mesmo tempo, os noticiários que trazem imagens de escolas com falta de carteiras escolares ou de salas em péssimas condições de uso.

Depredações realizadas pela própria comunidade colaboram para acentuar esse problema, resultado do tipo de consciência dos cidadãos, aliado a miséria das várias esferas que atingem a população, seja a material ou a de conhecimento.

Paralelo a essa realidade, nos últimos tempos observamos na mídia e no discurso governamental, o apelo a participação da comunidade nas reformas dos prédios escolares.

Não questionamos a importância da participação da comunidade, nem defendemos o paternalismo constante. No entanto, é fácil detectarmos nesse discurso a idéia

do Estado mínimo, que também marca os anos 90, onde as responsabilidades do governo estabelecidas na constituição são camufladamente transferidas para outros setores empresariais ou da comunidade.

Acompanhando a inserção do país no mundo da tecnologia, desenvolveu-se a idéia de que todas as soluções para os problemas educacionais do país poderiam ser resolvidos com o uso do computador. Daí a criação do PROINFO (Programa Nacional da Informática na Educação), cuja finalidade nem mesmo o Secretário de Educação à Distância do MEC, Pedro Paulo Poppovic, sabia explicar: "Eu não sei. Ninguém sabe", e complementa "É indiscutível que você tem de saber mexer no computador para arrumar emprego. Com o computador na escola você profissionaliza o ensino". (FOLHA DE S. PAULO. **Cotidiano**, 13/02/1998, p. 3).

Ingenuidade ou falta de seriedade, não é necessário ser um grande especialista da educação para concluir que esse recurso tem sua importância, desde que situado no contexto de políticas amplas que garantam uma série de necessidades mais urgentes, seja de caráter material ou pedagógico.

Embora a idéia inicial seja a imagem da estrutura física das escolas, ela nos permite apontar outros elementos.

3.1.2 A imagem do aluno

Observando a expressão dos alunos que assistem a aula, identificamos as condições sociais que o cercam. Isso é retratado desde o olhar do aluno até os pés descalços, ou ainda no resto de lápis que um deles se esforça para segurar. Somente com esse elementos

poderíamos discorrer sobre as questões que cercam o aluno da escola pública, desde distribuição de renda, desnutrição até as expectativas do aluno na escola.

Esses fatores estão diretamente relacionados com a evasão escolar e repetência, mecanismos que acabaram reforçando a exclusão social no país.

É comum, em um primeiro momento, atribuímos a responsabilidade pela evasão e reprovação somente as práticas pedagógicas; embora elas tenham sua parcela de contribuição, um ponto que colaborou significativamente para o acentuamento dessa exclusão na década de 90 foi a condição econômica do país. Esse dado pode ser confirmado pelos altos índices de exclusão encontrados nas regiões mais pobres do país.

Segundo artigo publicado na Folha de São Paulo em 1998, de acordo com levantamento do MEC, o Brasil repete por ano 5 milhões de crianças no ensino fundamental. (FOLHA DE S. PAULO. **Cotidiano**, 08/02/1998, p.3-8)

Outros dados publicados na Gazeta do Povo indicam que na 1ª série do ensino fundamental no Brasil esse índice de repetência atinge quase 50%.

QUADRO 6 – PROMOÇÃO, REPETÊNCIA E EVASÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

a) 1º série do Ensino Fundamental

ANO	PROMOÇÃO	REPETÊNCIA	EVASÃO
1993	52	47	1
1995	55	44	1
1996	55	44	1

b) 5ª série do Ensino Fundamental

ANO	PROMOÇÃO	REPETÊNCIA	EVASÃO
1993	57	36	7
1995	60	35	5
1996	61	34	5

c) 1ª Série do Ensino Médio

ANO	PROMOÇÃO	REPETÊNCIA	EVASÃO
1993	56	36	8
1995	55	35	10
1996	56	34	10

FONTE: GAZETA DO POVO. **Caderno eleição cidadã**, 26/09/1998, p.04.

Ao analisarmos o número médio de anos de estudo no Brasil, em especial na década de 90, as questões de exclusão social ficam mais claras:

QUADRO 7 – NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDOS. BRASIL.

VARIÁVEIS	1990	1995
Gênero		
Homem	5,1	5,4
Mulher	4,9	5,7
Cor		
Branco	5,9	...
Preto	3,3	...
Pardo	3,6	...
Amarelo	8,6	...
REGIÕES		
Norte/Centro Oeste	...	5,6
Nordeste	3,3	4,1
Sudeste	5,7	6,2
Sul	5,1	6,0

FONTE: MEC/INEP/SEEC. In: Plano Nacional, MEC, 1997: 89.

Pela tabela é fácil constatar quais os grupos com menor índice de escolaridade no país entre 1990 e 1995: os negros e os nordestinos; a mulher melhorou o seu índice recentemente, historicamente sua média de anos de estudo foi inferior ao do homem. Esses dados reforçam a idéia de exclusão social das minorias.

Para combater esse fantasma do fracasso escolar que sempre assolou a educação brasileira, novas propostas foram feitas, e uma das que se proliferou pelo país foi as classes de aceleração.

Ponto polêmico, essa reclassificação do aluno foi estabelecida na LDB, nos artigo 23, § 1º:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º. A escola poderá **reclassificar** os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

Uma das políticas implantadas nessa categoria desde os anos 80 foi o ciclo básico, com origem na década de 80 no Estado de São Paulo se estendendo gradativamente para outros Estados como Minas Gerais e Paraná. Essa foi uma das alternativas para sanar o constante problema da reprovação, em especial as séries iniciais. A política consistia basicamente na aprovação automática do aluno da 1ª para a 2ª série, apontando um novo redirecionamento curricular de todo o ensino básico.

Além da baixa estima e desestímulo que afeta diretamente o aluno reprovado, há um outro argumento significativo, a oneração que a reprovação traz aos cofres públicos.

No ano de 1997, 371.640 estudantes do ensino fundamental da rede paulista eram repetentes. O Estado investia R\$570,00/anual por aluno. Considerando esses dados o governo teve um prejuízo de R\$221,83 milhões, verba que poderia ser canalizada para outros fins educacionais. (FOLHA DE S. PAULO, 08/02/1998, pp. 3-9)

Um encaminhamento comprometido dessa política de aceleração pressupõe recursos financeiros. Em artigo publicado na Folha de São Paulo em 1998, o consultor João

Batista Araújo e Oliveira aponta que um maior investimento em livros, material didático, treinamento do professor, supervisão e avaliação externa poderia levar 7 milhões de alunos com uma média de 2 anos de atraso para uma série compatível com a sua idade. (FOLHA DE S. PAULO. **Cotidiano**, 08/02/1998, pp. 3-9).

Não discutimos a necessidade de alternativas para solucionar os problemas referentes a reprovação e evasão escolar. No entanto, o que preocupa é a maneira com que essas acelerações foram feitas, além do seu real objetivo. Muitas vezes servem mais para maquiar a aferição de resultados estatísticos junto ao Banco Mundial ou para propaganda governamental, resultando no barateamento da qualidade de ensino. Nessa perspectiva o que deveria ser estratégia para democratização do saber fica secundarizado em meio a outras dinâmicas.

3.1.3 A Imagem do Professor

A charge de Spacca é o que poderíamos definir como humor sórdido; a sensação se mescla entre constrangimento e indignação. Novamente a realidade do país, exposta cruamente, ainda que pelo humor, leva obrigatoriamente o leitor a uma reflexão crítica sobre o tema.

Característica dos traços da charge, o estereótipo é elemento dessa linguagem. Um professor ao observar como Spacca retratou o profissional da escola pública pode chegar a se sentir ofendido. Do guarda-pó rasgado ao estômago dando sinais de fome, ele está lá, tentando cumprir seu papel apesar da realidade que o cerca.

Quem é esse professor da charge de Spacca? Qual a remuneração desse profissional? Quanto tempo ele precisou estudar e ainda precisa para poder falar aos seus alunos sobre o "livro de Jó"? Que objetivos tem esse profissional diante das suas condições de trabalho?

Formação e remuneração do profissional da educação são pontos que podem ser levantados a partir do "professor de Spacca".

Formação do professor - O próprio exercício do magistério pressupõe um aprendizado constante. Porém, as condições para essa atualização muitas vezes superam a boa vontade do professor. Os planos de carreira que poderiam ser estímulo para o profissional foram referendadas na LDB, mas atrelar a disponibilidade financeira do Estado acaba sendo mais uma das leis escritas e dificilmente cumpridas.

QUADRO 8 – FUNÇÕES DOCENTES: DISTRIBUIÇÃO NACIONAL POR NÍVEL DE FORMAÇÃO E NÍVEIS ESCOLARES EM QUE ATUAM

NÍVEIS E MODALIDADES DE ATUAÇÃO							
NÍVEL DE FORMAÇÃO	TOTAL DE FUNÇÕES DOCENTES	PRÉ-ESCOLAR/ALFABETIZAÇÃO	1ª A 4ª SÉRIE	5ª A 8ª SÉRIE	2º GRAU	EDUCAÇÃO ESPECIAL	ENSINO SUPLETIVO
1º grau incompleto	100.260	35.956	63.257	526	71	263	187
1º grau completo	95.114	30.481	55.225	5.634	997	782	1.995
2º grau completo	932.187	184.054	500.238	154.766	43.418	17.513	32.198
3º grau completo	995.250	44.575	157.817	450.784	282.341	14.214	45.519
Total	2.122.811	295.066	776.537	611.710	326.827	32.772	79.899

FONTE: MEC/ INEP: Sinopse estatística 1996. In: Plano Nacional da Educação - Proposta da Sociedade Brasileira, 1997, p.34.

Já discutimos a problemática da evasão escolar e de repetência, principalmente nas séries iniciais de ensino. Os dados apontam que o número de docentes de 1ª a 4ª série que

não possuíam o 1º grau completo superava o número dos que tinham essa formação. Se em 1996 haviam 63.257 professores sem a formação básica que a própria lei regulamentava para todo cidadão, quantos mil alunos não passaram pelas mãos desses profissionais que, pela força das circunstâncias, em probabilidade, limitavam a possibilidade de aprendizagem do seu aluno.

Se passarmos para outras esferas, a dos cursos de especialização, mestrados ou doutorados, a situação não será diferente. As oportunidades nas instituições públicas ficaram cada vez mais limitadas, consequência da própria política educacional do governo. Restou ao profissional da educação a alternativa das instituições privadas que, além das altas mensalidades, nem sempre primam pela melhor qualidade.

Remuneração salarial – O quadro abaixo expõe nitidamente a realidade salarial dos professores do país:

QUADRO 9 – SALÁRIO MÉDIO DOS PROFESSORES - JUNHO, 1997

MAGISTÉRIO/2º GRAU LICENCIATURA CURTA LICENCIATURA PLENA							
U F	SALÁRIO BASE*	REMUNE RAÇÃO**	SALÁRIO BASE*	REMUNE RAÇÃO**	SALÁRIO BASE*	REMUNE RAÇÃO	CH SEMANAL
AC	140,42	140,42	168,57	202,20	224,71	269,65	20
BA	126,25	184,12	168,49	222,18	210,71	272,86	20
PB	37,00	104,00	43,00	130,00	55,00	160,00	40
SC	277,39	360,61	354,11	389,52	452,03	497,23	40
RS	111,90	210,00	119,56	164,10	206,00	250,00	20
PR		257,00				340,00	20
SP		573,10		582,96		593,09	40
RJ	100,00	225,92	125,44	251,36	145,44	315,36	16
MS	65,44	168,16	98,16	217,24	130,88	266,32	22
DF	164,64	847,98	208,00	976,81	252,22	1.137,79	40

FONTE: SINDICATO DE BASE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. In: PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, 1997, p.35.

NOTAS: * Valores relativos ao mês de junho de 1997, salários médios pagos a professores de ensino básico estadual em início de carreira.

** Valores incluem vantagens, além de salário-base.

A partir daí podemos concordar com a imagem do professor de Spacca, principalmente se considerarmos que essa remuneração irá refletir na auto-estima e no desempenho do profissional. Em 1997, de acordo com esse levantamento havia nove Estados em que o salário do professor com habilitação de 2º grau específica para o magistério era menor que o mínimo estabelecido.

Como vemos, as questões sócio-econômicas atingem docente e educando, e, enquanto esses problemas não forem atacados de frente, estabelecendo além das esferas dos discursos a educação como prioridade nacional, por melhor que sejam os encaminhamentos pedagógicos e a seriedade com que os profissionais da área assumam esse desafio, questões essenciais ficarão no vácuo da dependência de uma política social que realmente objetive a democratização do saber e ao menos a amenização das desigualdades sociais.

3.1.4 Violência nas Escolas

FIGURA 21 – SEGURANÇA NAS ESCOLAS



FONTE: ANGELI. **Folha de S. Paulo**. Opinião. 02/02/1998, p. 2.

Embora aqui também esteja presente a questão da disponibilidade de vagas, a charge chama a atenção também para outro ponto: a violência que vem atingindo todas as esferas sociais, inclusive a escolar.

A charge de Angeli mostra um aluno desesperado tentando entrar na escola sem vagas, cercado de armas por todos os lados; ao mesmo tempo é observado por alunos atônitos dentro da escola. Essa imagem pode nos sugerir que dentro da escola ele estará a salvo, no entanto, não é essa a realidade que vem cercando as escolas nos últimos anos. Adolescentes armados assistem aulas, gangues se desafiam diariamente e noticiários dos telejornais do país intercalam matérias sobre assassinatos nas escolas com a nota sobre o jogador de futebol da vez, colaborando com a banalização dos problemas que vem tomando maiores proporções no cotidiano da sociedade.

Uma pesquisa realizada pelo ILAND (Instituto Latino- Americano de Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), investigando 710 estudantes de São Paulo, nos dá um perfil de como esse fator está cada vez mais presente no cotidiano escolar:

- a) 40% dos entrevistados viram uma arma branca carregada por um colega.
- b) 10% já foram armados para sala de aula.

A pesquisa ainda aponta:

QUADRO 10 – VITIMIZAÇÃO NAS ESCOLAS

TIPO DE DELITO	NUNCA	UMA VEZ	ALGUMAS VEZES	VÁRIAS VEZES
Furto de algo de pouco valor	51,8	25,1	13,3	9,7
Ameaça de agressão	63,5	19,1	14,1	3,3
Teve pertences danificados	66,9	18,3	11,6	3,2
Furto de algo valioso	94,5	3,6	1,2	0,6
Foi agredido por colega	95,3	4,2	0,4	0,0
Extorsão	96,3	2,5	0,6	0,6
Foi agredido por funcionário ou professor	98,5	1,3	0,2	0,0

FONTE: "O dia a dia na vida das escolas", ILANUD/ Instituto Sou da Paz, 1999

Um dos pontos que não aparece na tabela é o índice de agressão sofrida pelos professores ou funcionários das escolas, desde risco de automóveis, pneus furados até a agressão física de fato, como já vimos noticiados na imprensa. De qualquer maneira esses dados nos dão o perfil de uma sociedade onde valores como ética e cidadania, tão em voga nas propagandas governamentais, estão cada vez mais distantes de serem colocadas em prática. A escola deve fazer a sua parte, mas atribuir a ela todos as responsabilidades seria ignorarmos os outros fatores que formam a sociedade do consumo, marcado pela desigualdade social e pela banalização da vida.

Dada a ênfase que a mídia em geral vem garantindo a essa temática, caberia investigar mais detalhadamente os elementos ideológicos desse discurso, sempre na perspectiva de problematizar o tipo de tratamento dados as questões escolares.

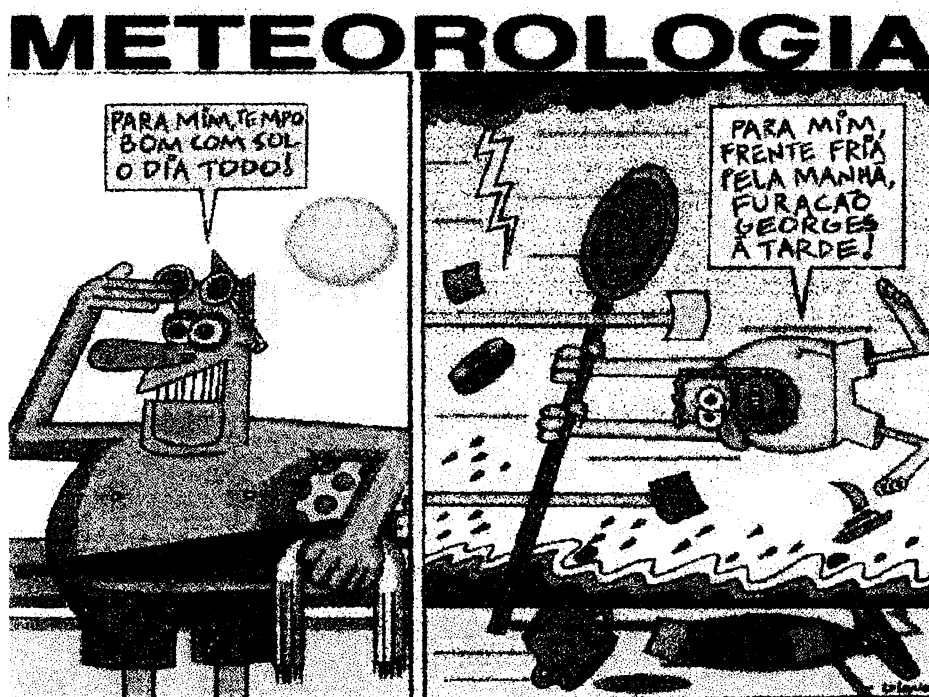
3.2 AS CHARGES E A EDUCAÇÃO - AUSÊNCIAS E PERMANÊNCIAS

Voltamos ao histórico das lutas e da política educacional. Em 1989 começa a tramitar no Congresso o projeto apresentado por Jorge Hage, proposta para a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, resultado da ampla discussão junto a toda sociedade, realizada da forma mais democrática possível, visando a democratização do saber e a construção coletiva de um projeto pela inclusão social.

Em 1992 Darcy Ribeiro apresenta novo projeto que se contrapõe em muitos pontos ao projeto anterior. Em se tratando de propostas coniventes com a política educacional oficial, o peso da bancada governista acaba privilegiando esse projeto, originando a Lei de

Como ilustração, podemos observar o quadro publicado em 03/10/1998, dia da eleição para Presidente da República, fazendo uma avaliação de como aparecem Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, candidatos que tinham o maior índice de preferência dos eleitores naquele período.

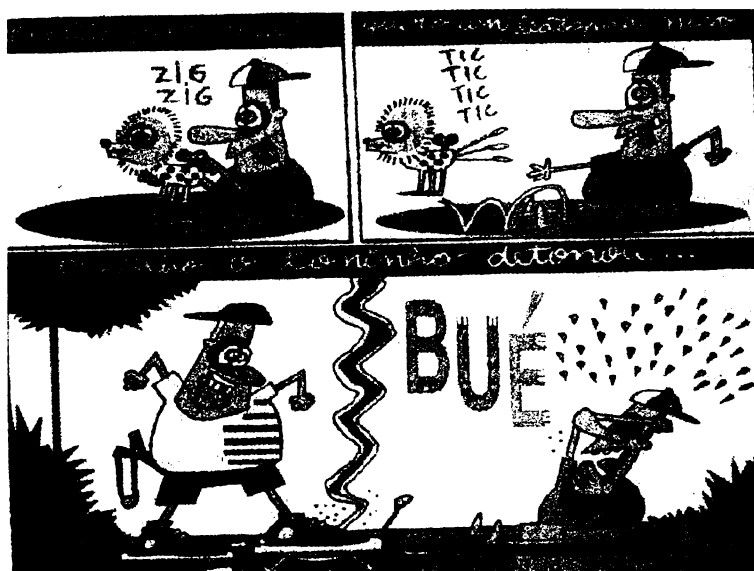
FIGURA 25 – CAMPANHA PRESIDENCIAL



FONTE: GLAUCO. *Folha de S. Paulo*. Opinião. 03/10/1998, p. 2.

A repercussão dessa charge junto aos eleitores indecisos exatamente no dia da eleição, além da conotação de uma antecipação de resultado são aspectos que apontam para o questionamento da isenção dos meios de comunicação nos processos eleitorais do Brasil, seja a mídia escrita, falada ou televisionada.

FIGURA 26 – A INFLUÊNCIA DE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES



FONTE: GLAUCO. Folha de S. Paulo. Opinião. 30/11/1998, 1ª página.

Entre as personalidades políticas, Antonio Carlos Magalhães, atual Presidente do Congresso, foi um dos que, em todo o período, foi mais mencionado. Embora esteja presente desde as charges de 1992, quando era governador do Estado da Bahia, essa frequência aumenta a partir de 1995.

Com a imagem do político tradicional, o destaque é para a sua forte influência na política nacional. Isso é personificado em imagens onde ele aparece dividindo a faixa presidencial com Fernando Henrique Cardoso, ou ainda, determinando ordens ao presidente que é completamente submisso.

Cabe ainda ressaltar que as charges analisadas quando tematizam a esfera política, seguem basicamente duas características:

- a) Evidenciam exaustivamente uma personalidade, isoladamente. Em 1993 o então Ministro da Fazenda, FHC, foi uma das personalidades políticas que mais apareceu nas charges. Em 1994 foi eleito Presidente da República e continuou sendo um dos mais retratados nas charges da categoria.

- b) Direcionam o leitor a identificar um único poder como relevante na sociedade – O Estado –desconsiderando as mais variadas relações de poder que se estabelecem em todas as esferas.

Essa visão reducionista pode reforçar a idéia estabelecida pelo senso comum de que todas as soluções, em todas as áreas, estão concentradas nas mãos do Estado. Esse posicionamento nos faz recorrer a Michel Foucault quando argumenta:

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a idéia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizados, mais ou menos piramidalizados, mais ou menos coordenados. (FOUCAULT, 1982, p. 248)

A leitura que pode ser reforçada é o descomprometimento do papel do indivíduo como cidadão participativo, dando uma conotação de acomodação, considerando que a esfera política institucional do país é cercada pela corrupção e pelo descaso com a sociedade. Nessa perspectiva a única alternativa será aguardar a próxima eleição para reverter a situação. A ação do indivíduo na sociedade, com suas reivindicações e responsabilidades não são apontadas nessas imagens.

Os outros aspectos apontados se referem a casos específicos, geralmente de cotidiano político, ocorrido em cada ano, como o Caso Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) que envolvia problemas com a licitação para aquisição de equipamentos, ou ainda a alta taxa de IPTU em São Paulo, escândalos da VASP, reuniões ministeriais, partidos políticos, visitas de Fernando Henrique ao exterior, enfim, temas relevantes mas que proporcionalmente foram abordados com menor incidência.

Em todo o caso, as concepções e ênfases garantidas nas charges observadas, do ponto de vista de sua especialidade no trato das questões políticas, também sugerem um rico objeto de investigação e análise.

CONCLUSÃO

Os historiadores que tratam especificamente da História Cultural já analisaram os efeitos que a proliferação dos impressos produziram nas sociedades do Antigo Regime, alterando em muitos aspectos a dinâmica social do período.

Ao nos remetermos a sociedade contemporânea, nessa mesma vertente de análise, um dos grandes objeto de estudo será a imagem tendo em vista a força de penetração desse elemento em todas as camadas sociais.

Cinema, televisão, fotografia, publicidade, periódicos, todas essas linguagens contemporâneas se apropriam desse recurso como fonte para chegar no seu principal foco: o consumidor da imagem.

A grande questão é como esse consumidor lê esse turbilhão de informações imagéticas. Sua posição é de mero receptor, ou ele possui critérios de seleção nesse processo de apropriação.

Nesse contexto é que surge a necessidade de avaliação dos processos ensino-aprendizagem do sistema educacional. Caberá a escola insistir na eterna mediação verbal com seu aluno ou perceber a sua importância enquanto orientador dos educandos na leitura do mundo que o cerca. Desmistificar essas imagens, utilizando esses recursos não somente como complemento de conteúdo, mas como objeto de análise, substituindo o “eu vejo” para o “eu compreendo” será um dos caminhos para modificarmos o papel de meros receptores da sociedade de consumo para indivíduos participativos e críticos frente a essa realidade que nos atinge diariamente.

Diante do exposto, selecionamos como recorte de investigação a linguagem das charges, manifestação artística cuja origem remonta o século XVI, permanecendo tão atuante quanto no passado, reunindo o seu humor refinado e a capacidade de sintetizar idéias profundas do cotidiano social em um único quadro. Marcada pela força de sua expressão, a charge ocupa o seu papel de contestação e crítica frente as desigualdades sociais, ao abuso do poder e as contradições que marcam a dinâmica política, cultural e social dos grupos humanos.

Atualmente essa imagem ocupa espaço em jornais e revistas do mundo inteiro, se estendendo até a grande rede mundial, a internet.

Analisar a sociedade brasileira através da arte desses desenhistas subversivos será um exercício significativo. De Ângelo Agostini no Império, a Angeli na “Era F.H.C.,” teremos a trajetória de um país marcado por contravenções, corrupções, desigualdades sociais, economia atrelada a interesses de grandes grupos, enfim, questões que nem sempre são publicadas nos livros oficiais.

Tendo como proposta de investigação fazer um levantamento quantitativo e analítico das charges que abordaram a temática da educação escolar entre 1992 e 1998, um dos pontos que mais nos chamou a atenção foi o tratamento periférico que essa questão ocupou no periódico. Das 2494 charges observadas entre 1992 a 1998, apenas 5 tratam do assunto de maneira exclusiva. Somando-se as 8 charges em que a questão escolar aparece em meio a outras questões sociais, temos um total de 13 charges.

Se considerarmos o tratamento exclusivo, esse índice não chega a 0,3% do total das charges levantadas ao longo do período. Ao somarmos as charges exclusivas as que abordaram inclusive a educação seu índice chega a 0,5%. Em se tratando de um tema de

tamanha importância para o país, refletindo nas várias esferas sociais, esse é um número inexpressivo.

Na análise específica de quais conteúdos foram abordados nessas charges, verificamos que elas circulam, em uma grande maioria, em torno da discussão da estrutura física e material das escolas públicas, da falta de vagas e da violência nas escolas.

Contrapondo essas charges com as duas versões do Plano Nacional da Educação (MEC e Proposta da Sociedade Brasileira) verificamos que em termos diagnósticos elas apontam superficialmente a temática educacional. As imagens passam pelo que se discute no âmbito do senso comum sendo que, inúmeros pontos que poderiam se utilizar da riqueza dessa linguagem foram desconsiderados, como o ensino superior, a educação especial, a implementação da LDB, as manifestações trabalhistas dos profissionais da educação.

Comparando as temáticas sociais mais abordadas nesse período, como a desigualdade social, saúde, segurança, reforma agrária, desemprego e educação, novamente a educação escolar é desprivilegiada, sendo a menos abordada entre todos esses itens.

A centralização do trabalho dos chargistas se deu no tratamento as temáticas alusivas a política institucional. Girando em torno das campanhas presidenciais, atos do Presidente da República, partidos políticos e representação de personalidades isoladas da política nacional, citando Antônio Carlos Magalhães como exemplo, além do cotidiano político brasileiro (desvio de verbas, escândalos econômicos, visitas internacionais, viagens de F.H.C., etc.) totalizaram a grande maioria das 2494 charges analisadas. Mesmo reconhecendo o brilhantismo dessa produção e sobretudo, o extenso leque de motivos que reafirmariam a necessidade dessa centralidade até em função de sua amplitude enquanto dinâmica determinista da ordem instituída, o que nos parece precário é que esse fato acaba

excluindo outras abordagens necessárias. Ou seja, salta aos olhos a atenção absolutamente periférica dada a questões específicas, como por exemplo, a questão escolar.

Esses dados também nos levam a observar certos “vícios” de conteúdo. O poder é colocado de forma estanque somente nas mãos do Estado enquanto instituição, ou mais precisamente nas mãos de personalidades públicas. Não se propõe uma discussão da relação entre as várias esferas de poder que circulam em nosso meio, desde a ação ou omissão de cada cidadão frente as contradições políticas entre o discurso e a prática, até a dinâmica total de poder na sociedade, da dona-de-casa ao presidente da República. Não pretendemos reforçar a idéia de omissão de responsabilidade do Estado, mas há que se considerar todos esses pontos na dinâmica social.

Isso pode ser reforçado nos dados que apontam 84 charges tratando especialmente dos estereótipos do presidente da República, além das 36 charges que abordam especialmente Antônio Carlos Magalhães e seu poder de influência no encaminhamento da política nacional. Isso totaliza 120 charges, ou seja, se sobrepõe em quase 1000% ao número de charges que trata da educação escolar.

Não se trata de propor a inversão dos índices dentre outros, tendo em vista que o periódico não se destina exclusivamente as questões educacionais. Porém, a necessidade de um maior espaço dessa temática na mídia impressa é evidente. Essa conclusão foi apontada no Fórum ocorrido em novembro de 1999, reunindo jornalistas e educadores. O objetivo desse encontro era avaliar como a educação é tratada na imprensa brasileira, onde constatou-se que o jornalismo dessa área é atrelado à pauta governamental; foi apontado assim a resistência de alguns editores que consideram que a educação não traz retorno publicitário. Todos esses pontos reforçam a conclusão que chegamos – a educação na linguagem das charges, recebe

um tratamento periférico, tratando de temas que refletem mais o senso comum do que discussões mais aprofundadas.

Não podemos de maneira alguma desconsiderar como essas charges trazem a tona junto ao seu leitor a realidade da educação escolar brasileira. Seja no trabalho de Angeli que nos traz uma professora sentada em um caixote fazendo a chamada escolar constatando que nenhum dos seus recursos básicos de trabalho estão presentes, como livros, giz, etc., ou ainda no professor “miserável” de Spacca que dá aulas numa sala totalmente destruída.

Ao trazermos essas imagens para serem discutidas com o aluno, contando com outras fontes explicativas da realidade como também foi exercitado nesse trabalho, estaremos orientando-os para ler “além da imagem”, maior mérito das charges. Esse trabalho pode se desenvolver em todas as disciplinas não somente no campo da História.

A questão não é invalidar os trabalhos dos chargistas, até mesmo porque essa qualidade é inquestionável, como propomos ter evidenciado através deste trabalho. O que constatamos é a necessidade da ampliação quantitativa e qualitativa da temática educacional nessa linguagem, principalmente se considerarmos a força de reflexão que ela possui junto aos mais diversos grupos sociais.

Como nosso trabalho se tratou de um estudo de caso, tratando especificamente das charges da Folha de São Paulo e da temática educação escolar, não é nossa pretensão fechar a questão. Inúmeras são as perspectivas de pesquisa utilizando esse recurso, seja no tratamento de outras temáticas abordadas pelas 2494 charges analisadas ou ainda numa continuidade de análise da educação escolar, estabelecendo uma investigação mais ampliada entre a relação da mídia com a educação, dois elementos que não podem estar isolados considerando as especificidades deste nosso tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BELMONTE. **Caricatura dos Tempos**. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
2. BELUZZO, Ana Maria de Moraes. **Voltolino e as Raízes do Modernismo**. São Paulo: Marco Zero, 1992.
3. CABRIÃO. **Semanário Humorístico** editado por ângelo Agostini, Américo dos Campos e Antonio Manoel dos Reis (1866-1867). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1982.
4. CARVALHO, Mario Cesar. MEC informatiza 6 mil escolas, mas não sabe para quê. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. 13/02/1998, pp. 3-9.
5. DIMESTEIN, Gilberto. O professor é uma vítima. **Gazeta do Povo**. 27/02/2000, p. 27.
6. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristóvão. **Prática de Texto**. Petrópolis: Vozes, 1992.
7. FERRÉS, João. **Televisão e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
8. FOLHA DE SÃO PAULO. **ONU rebaixa o Brasil e critica Globalização**. Caderno especial Qualidade de Vida. 11/07/1999, pp. 14-15.
9. _____. Charges publicadas de 01/01/1992 até 31/12/1998.
10. FONSECA, Joaquim da. **Caricatura – A Imagem Gráfica do Humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
11. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
12. FÓRUM PARANAENSE EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA E UNIVERSAL. **L.D.B.: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96. Curitiba: APP-Sindicato, junho, 1997.
13. KRAMER, Samuel Moach. **A História começa na Suméria**. Portugal: Publicações Europa-Améria, s.d., pp. 259-279.
14. GAZETA DO POVO. **Caderno especial eleição cidadã**. 26/09/1998, p. 6.
15. GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil – 1964-1985**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

16. GOFF, J. Le. **História e Memória**. Campinas: Educamp, 1998.
17. II CONED. **Texto Consolidado em Plenária de Encerramento**. Belo Horizonte, novembro, 1997.
18. II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (II CONED). **PNE – Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira**. São Paulo: Educação & Sociedade, ano VIII.
19. KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. Série Princípios, n.176. São Paulo: Ática, 1989.
20. LIMA, Herman. **Histórico da Caricatura no Brasil**, v.1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
21. MEIRELLES, William Reis. **História das Imagens: Uma abordagem, múltiplas facetas**. Texto apresentado na mesa-redonda “Que história é essa?” História e interdisciplinariedade durante o I Encontro de História. Maringá: UEL/UEM, 24 a 26/10/1994.
22. NAPOLITANO, Marcos. **Caderno de História**. O Uso Escolar do Documento Histórico. Caricatura como documento histórico. Curitiba: UFPR, 1997, pp. 49-54.
23. RATTO, Ana Lúcia Silva. **Considerações sobre o sistema Escolas e as Políticas Educacionais Implementadas a partir de 1930**. Curitiba (não publicado), 1998.
24. REVISTA IMPRENSA. **Mídia e Educação**. Ano XIII – 1999, n.144, 12/01/2000, pp. 2-15.
25. ROSSETTI, Fernando. Repetência e evasão emperram ensino no Brasil. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. 08/02/1998, pp. 3-8.
26. SALIBA, Elias Thomé. **As imagens canônicas e o Ensino de História**. Texto apresentado na mesa-redonda “Linguagens e Ensino de História” no III Encontro Perspectivas do Ensino de História. Curitiba, 22/07/1998.
27. SCHIVARTCHE, Fábio; OLIVEIRA, Marcelo. Bingo da Educação faz aluno esperar 10 horas. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. 15/01/1998, pp. 3-1.
28. SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
29. SERRANO, Jonathas. **Como se ensina História**. São Paulo: Melhoramentos, 1935.
30. TÁVORA, Arakén. **Pedro II através da caricatura**. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.
31. TOLEDO, José Roberto de. R\$ 1,4 bi poderia tirar 7 milhões de alunos do atraso. **Folha de São Paulo**. Cotidiano. 08/02/1998, pp. 3-9.